

ESTADO E ENERGIA: CONJUNTURAS E CONJECTURAS ACERCA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Alessandro André Leme

Dept^o de Ciência Política do IFCH da UNICAMP

INTRODUÇÃO

O setor de energia apresenta um fator essencial de intercâmbio entre seu conceito físico e econômico e sua importância direta para um tipo de reprodução social, ou seja, pode-se verificar historicamente uma correspondência estreita entre um tipo de utilização energética e a base econômica e social de um povo (nação) ou país. Isto porque a energia tem ligação direta com certos tipos de existências sociais (cada modo de produção possui um tipo específico de formação social e um tipo específico de produção e reprodução energética).

Embora a questão da energia esteja ligada pelo seu conceito físico como a capacidade para realizar trabalho (aqui entendido como fator responsável por algum tipo de mudança em relações físicas, seja de forma temporal ou espacial – lugar) desde os primórdios dos homens, aqui vamos dar maior atenção à questão energética já vista a partir da civilização industrial desenvolvida desde a Revolução Industrial no final do século XVIII, para tal, vamos fazer um breve histórico do uso econômico e político-social da energia.

Nos princípios do homem sobre a terra, todo o consumo de energia estava constituído pelos alimentos e posteriormente utilizando o fogo para coze-lo. Também faz parte deste processo as atividades agrícolas e pastoril. Todavia, na Grécia e Roma antiga já assinalavam a existência dos primeiros moinhos d'água, isto marca um princípio de controle das águas para utilização da energia hidráulica para fins “industriais”. No entanto, a escravidão fazia com que a mão-de-obra barata fosse mais viável que o desenvolvimento da técnica para produção de energia oriunda de fonte hidráulica.

A partir da idade média, há um princípio de desenvolvimentos de alguns aspectos técnicos que se estenderam entre os séculos XI a XIII e criaram uma base importante para o advento da Revolução Industrial no século XVIII. Com o melhoramento da técnica e as descobertas sobre novas formas de energia fez com que crescesse muito a procura e o consumo de energia.

A Revolução Industrial é um marco importante na produção social que passa da manufatura (que exigia um tipo de consumo e de produção energética) à indústria (que vai exigir um outro tipo de produção energética e também, uma outra relação da sociedade com a energia – e com a natureza em geral). Podemos elencar dois momentos básicos dessa passagem, a saber: primeiramente, na manufatura o trabalhador, enquanto trabalhador manual era executor de um ofício e detentor de uma habilidade cuja aplicação à matéria prima transformava-a em um produto, por exemplo, o trabalhador da manufatura têxtil sabia fiar, donde sua força física (esforço muscular) se transferia ao processo produtivo¹.

É desta função de fiar que se apropria primeiramente a Revolução Industrial para substituir as mãos do trabalhador e sua ferramenta por uma máquina-ferramenta² e o jogando para a função de vigia enquanto o mantém como força motriz (origem do movimento).

¹ Na manufatura têxtil a função de força motriz era executada pelo movimento dos pés, fazendo girar a roda de fiar e, com as mãos o trabalhador executava a função propriamente dita de fiar. (Calabi, A.S. et ali, 1983:13).

² A máquina de fiar de Wyatt, apresentada em 1735, é o símbolo desse primeiro momento da Revolução Industrial.

No segundo momento, as potencialidades abertas pela introdução das máquinas-ferramentas se efetivam, com a substituição da energia muscular limitada do trabalhador pela energia solar concentrada e armazenada na natureza sob a forma de carvão mineral. Neste sentido, a máquina-ferramenta se aliou a força propulsora da máquina a vapor (nova forma de força motriz).

Sendo assim, a revolução industrial do século XVIII transformava-se numa revolução energética donde o carvão, por meio do conversor – máquina a vapor – se encontrava como utilidade em grande escala. A grande e principal máquina motriz da primeira revolução industrial foi a máquina a vapor que substituiu a força motriz humana e animal.

Com isto pode-se afirmar que a história industrial é marcada pela apropriação da natureza por meio de uma nova mediação, ou seja, esta apropriação deixa de ser exclusividade da interação física do corpo humano ou do corpo dos animais com a natureza. O homem passou a poder representar a natureza de forma numérica, racional e desta forma se apropriando dos recursos naturais por meio da ciência, da capacidade de criar novas tecnologias.

A estrada de ferro constituiu um outro fator importante para o marco da revolução industrial. Sua invenção afetou duplamente a indústria do carvão, primeiramente pelo consumo do carvão para produzir energia e, em segundo lugar, pela necessidade de transportá-lo em grandes quantidades.

Com a industrialização e a generalização do transporte ferroviário há um processo de transferência do centro fundamental da economia para as outras cidades. Essa nova forma de organização sócio-política e espacial da população concentrada em cidades vai repercutir diretamente na estrutura de produção e consumo de energia, principalmente aquela destinada à função de bem de consumo doméstico e público, (Calabi, A.S. et ali, 1983). A contrapartida do princípio de dissolução das comunidades rurais (energeticamente autônomas) e conseqüente organização urbano-industrial é a comercialização da produção de energia (também para fins domésticos – residencial).

Já a segunda revolução industrial, iniciada na metade do século XIX, reforçaria ainda mais a tendência em estabelecer a industrialização sobre o consumo de energia acumulada.

“Depois dos progressos tanto tecnológicos quanto técnicos da segunda metade do século XVIII, a primeira metade do século seguinte foi principalmente uma época de difusão, aplicação e aperfeiçoamento. Não é senão na segunda metade do século XIX quando se manifestam e depois se impõem as novas técnicas que proporcionarão ao século XX os fatores de um prodigioso desenvolvimento industrial”. (Calabi, A.S. et ali, 1983:16).

A partir da década de 1870 (fim da Guerra da Sucessão nos EUA e da Guerra Franco-Prussiana), há a inauguração de um processo muito rápido de transformação do processo produtivo. A civilização do carvão, da máquina a vapor e da estrada de ferro começa a dar lugar à do petróleo, a do motor a explosão e do automóvel (inovação do conversor), revolucionando novamente os transportes. Nesta nova fase de transformações sociais e tecnológicas a energia elétrica encontra caminho aberto para sua utilização industrial.

Foi também, a partir da segunda revolução industrial que se desenvolveu os conversores hidráulicos competitivos (tendo como marco a instalação das primeiras Centrais Hidrelétricas na Suíça). Com as melhorias na turbina hidráulica a partir de 1850 e sua estrutura acoplada a um gerador elétrico não só resultou no advento das usinas hidrelétricas como também a sua utilização, a partir de 1880, para geração de energia hidrelétrica cujo fim era abastecer as redes de iluminação urbana.

A disponibilidade real e potencial de quantidades crescentes de energia sob a forma elétrica (que poderia ser facilmente transportada, transformada e divisível), gerou uma grande quantidade de invenções que passaram pela lâmpada de tungstênio, pelo bonde elétrico e por motores elétricos de aplicação industrial, para nos atermos em apenas alguns. Neste primeiro momento histórico, a eletricidade permitiu um melhor aproveitamento de um enorme potencial de energia das águas (hidrelétrica).

Como podemos perceber, a energia elétrica é encarada como mercadoria e enquanto tal ela passa a criar novos mercados consumidores, a saber: o da iluminação (pública e doméstica), da força motriz do móvel (bondes, metrô), fixa (motor elétrico) e utilização em eletroquímicas e eletrometalúrgica, dentre outros. (Martin, J.M., 1992:60). A eletricidade também passou a reorganizar os espaços sociais, uma vez que poderia ser levada a regiões até então sem estruturas para se desenvolverem.

Esta possibilidade de associação entre um determinado nível econômico de uma sociedade e, seu respectivo grau de desenvolvimento industrial está ligado intimamente na história do capitalismo, ao desenvolvimento de novas tecnologias, a apropriação da energia como fator central da economia e dos estilos de vida dessa nova sociedade urbano-industrial que se iniciou com o capitalismo. A energia, ou melhor, as técnicas para produção de energia propiciaram com que os países pudessem se inserir em um outro patamar de produtividade, encarada a época como o progresso.

Como podemos verificar até agora neste breve histórico da energia e na sua utilização para o desenvolvimento de um tipo determinado de modo de produção capitalista, há necessidade de politizar o assunto da energia, principalmente o da energia elétrica (independente de sua fonte de geração), seja pela sua relação no plano das relações internacionais (principalmente pós-crise do petróleo na década de 1970), ou mesmo dentro das fronteiras nacionais de cada país, no que tange a sua organização e reorganização contemporânea mediante aos conjuntos de reformas e ajustes exigidos e propostos atualmente pelas agências bilaterais e pelas empresas transnacionais que pressionam por mais mercados (principalmente o dos países em desenvolvimento) nesta nova (e atual) geopolítica global.

AS PROPOSIÇÕES DE REFORMAS DO ESTADO: AS EXIGÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO EM PERSPECTIVA GLOBAL

A reflexão sobre as reformas ocorridas no Estado, para que o mesmo se ajustasse à lógica econômica hegemônica, implica em caracterizar historicamente um certo conjunto de processos para entender como os mesmos interferem e/ou induzem a modificações/transformações, muitas delas vivenciadas recentemente em muitos países em desenvolvimento.

As Reformas implicam em que novos arranjos político-institucionais foram requeridos a ajustarem a novos desafios, muitos deles, visando sinergia maior entre a “esfera” nacional às demais demandas/pressões da “esfera” global. Este processo reflete diretamente na forma dos atores conceberem o Estado e suas diversas funções, sejam elas no campo econômico, político, social e até no cultural.

Alguns marcos históricos exógenos e endógenos podem ser elencados para compreendermos o porquê das reformas engendrada no Estado no final do século XX. Destacáremos aqui as crises do petróleo em 1973 e 1979, a derrocada do bloco socialista (Perestroika e Glasnost) e a crise econômica atribuída aos estados centrados no Welfare State e a própria crise hiperinflacionária que grande parte dos países latinos americanos passaram durante a década de 1980, dentre eles, Brasil, Argentina e México.

Este contexto ainda foi o das grandes transformações tecnológicas ocorridas tanto nos processos produtivos (redefinindo em parte o ‘mundo’ do trabalho) quanto nos processos informacionais e comunicacionais ocorridos no final do século XX. Ambos os fatores influíram diretamente sobre a forma de organização e de integração dos mercados, desta vez, não mais sob a regulação dos Estados Nacionais, mas sim, numa lógica espacial multilateral ensejando um “Estado mínimo”.

A concepção de “Estado mínimo” requerida como nova forma de atração das Economias Satélites às nações hegemônicas, com algumas redefinições do papel do Estado, nos aspectos institucionais e

regulatórios. Configurou-se como algo, a princípio, dialético: isto é, a exigência de um “Estado mínimo, porém forte”, ou seja, um mínimo de intervenção e uma forte atuação reguladora com a formulação de arranjos institucionais (dentre os quais, os de caráter político partidário) que corroborassem com uma nova intensidade do mercado.

A América Latina era, todavia, um espaço cuja história engendrou muitas limitações que dificultaram bastante sua inserção de forma mais competitiva na economia mundial, dentre as limitações destacou-se a vulnerabilidade externa, o atraso tecnológico, a ausência de uma infra-estrutura adequada, a crise fiscal do Estado e o alto endividamento externo foram alguns dos fatores estruturais que mais obstaculizaram a efetividade de uma participação maior no processo supra (Ayerbe, 1998:26).

Mas, as discussões denominadas de “*Consenso de Washington*” como as reformas políticas e de ajustes econômicos na América Latina, originadas no seminário organizado pelo “*Institute for International Economics*”, em novembro de 1989. Contando com a participação de integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de representantes do governo dos Estados Unidos e de alguns países da América Latina deixaram documentados as possibilidades da América Latina inserir-se nisso que tornou-se a panacéia da década de 90.

O economista John Williamson foi um dos responsáveis pelo delineamento das propostas ali aprovadas. O mesmo considerou que o “*Consenso de Washington*” deveria ser entendido, pela América Latina, tal como um “receituário” a ser cumprido pelos países que desejassem ajustar-se às novas circunstâncias. Seu conjunto de propostas previa, dentre outros:

- a) o equilíbrio das contas públicas, obtidas, preferencialmente, a partir das reduções de despesas (como cortes em subsídios destinados a empresas públicas e privadas) e não pelo aumento de impostos;
- b) a liberalização da economia aos investimentos estrangeiros; isto é, uma abertura comercial e um processo de desregulamentação com

gradativo (porém, constante) processo de redução do controle governamental sobre o setor privado e, ao mesmo tempo, sua atuação direta no setor produtivo através da aquisição de empresas estatais (geralmente atuando monopolisticamente);

- c) sugeria claramente um processo amplo de privatização como a solução mais eficaz para transferir para o setor privado as empresas do Estado, que por sua vez passariam a atuar sobre as leis do mercado, fortalecendo o ambiente competitivo (o que permitiria, a um só tempo, a resolução da “questão fiscal” do Estado e, de outro lado, a indução de um progresso técnico que somente os capitais privados transnacionais poderiam ofertar, na forma de produtos e serviços);

Para o Brasil, em particular, as estratégias recomendadas foram as de que houvesse:

- a) a rápida privatização das empresas estatais (federais e estaduais), principalmente as de caráter estratégico (tais como telecomunicações e energia) para compor “caixa” para o pagamento das dívidas externa e interna;
- b) as reformas constitucionais – sobretudo na área fiscal – para redução dos impostos sobre os capitais privados;
- c) a desregulamentação dos aspectos econômicos em todas as instâncias;
- d) a flexibilização dos direitos trabalhistas;
- e) a redução dos investimentos estatais em políticas públicas básicas e;
- f) as reformas no aparato burocrático do Estado, a fim de reduzir gastos em geral, incluindo aqueles em recursos humanos (Sauer, 2002).

Corroborando com tais recomendações, o Banco Mundial (1994), posto que o órgão era portador da “antevisão” de que o diagnóstico dos problemas principais do monopólio estatal na América Latina, principalmente quando realizados nos setores de infraestrutura, induziriam a ineficiência das operações; a manutenção inadequada das instalações; a ineficiência financeira e fiscal da empresa; a incapacidade de atender a demanda do usuário, a negligência para

com os pobres (ausência de Responsabilidade Social) e com o meio ambiente (ausência de Responsabilidade Ambiental da empresa).

Embora o diagnóstico supra também possivelmente de ocorrência sob gestão privada, o Banco Mundial (1994) afirma que esta última possibilidade seria pouco provável porque o setor privado se organiza sob uma lógica de mercado assentada em princípios comerciais e de concorrência.

Neste sentido, a privatização viria a resultar num curto prazo, num equilíbrio das contas públicas e, a médio e longo prazo, seria responsável pela alavancagem do aumento da competitividade da economia no novo cenário de trocas mundiais. A privatização e a desestatização surgem como uma alternativa viável e essencial para que os países em geral e, particularmente para que os países latino-americanos se adequassem com sucesso aos novos arranjos da política econômica do final do século XX e início do século XXI.

Resumidamente elencamos um conjunto de mudanças político-institucionais sugeridas pelo Banco Mundial no início dos anos 90, cuja orientação tem se amparado pelo debate com os *policy makers*, seja para a detecção de imperfeições na execução das reformas e/ou mesmo para aumentar o conjunto das recomendações e reformas sugeridas. As referidas reformas são:

- a) a liberalização comercial;
- b) a abertura para os investimentos externos;
- c) a disciplina fiscal;
- d) a reorientação dos gastos públicos;
- e) a privatização intensiva;
- f) uma taxa de câmbio competitiva e unificada;
- g) a liberalização financeira;
- h) uma reforma fiscal e tributária;
- i) a desregulação da economia;
- j) as garantias ao direito de propriedade;
- k) as novas instituições reguladoras;
- l) uma reforma política visando o fim da corrupção;

- m) criação de redes de proteção social;
- n) a flexibilização do mercado de trabalho e aceitação das regras da OMC;
- o) a reforma do sistema financeiro;
- p) estratégias para a diminuição da pobreza;
- q) uma abertura (prudente) das contas de capital e;
- r) um regime de câmbio unificado (Arbix, 2002).

Todavia, o “*Consenso de Washington*” carrega, entretanto, algumas virtudes compatíveis com uma mudança necessária para a América Latina. No campo da política, há um reconhecimento do mesmo como integrador da democracia e a economia de mercado. Por outro lado, há indícios de que o segundo se sobreporia ao primeiro, ou seja, no limite, um sentido histórico de perpetuação do estado de subalternidade dos atores mais vulneráveis aos interesses de um capital cuja estratégia de acumulação ultrapassam os interesses da “soberania nacional”. Nesse sentido o desenvolvimento econômico e social não tomaria o mesmo rumo, mas seriam opções até distintas (Batista, 1994).

Dando precedência a uma visão economicista – de tratar os problemas relativos ao Estado, seja no campo econômico, político, social e até mesmo cultural –, as políticas sociais, como educação, saúde, distribuição de renda, eliminação da pobreza, dentre outras, não são pelo Consenso, encaradas como políticas prioritárias a serem objeto direto da ação, mas sim, seriam resultado ou “decorrência natural” da liberalização econômica, ou seja, só haveria atuação naquelas áreas caso a estrutura econômica de mercado estivesse funcionando a todo vapor.

Outras foram às contradições contidas no “*Consenso de Washington*”, a saber: a limitação das recomendações do Consenso à prescrição de soluções econômicas de forma uniforme a todos os países indiscriminadamente, independentemente de suas especialidades como, por exemplo, das diferenças de porte geográfico, de padrão de desenvolvimento, os problemas conjunturais vividos e/ou estruturais enfrentados pelos mesmos, além da grande diversidade cultural.

Um bom exemplo dessas disparidades nas recomendações foram os diagnósticos idênticos e as proposições de mudanças semelhantes

tanto para o caso do Brasil quanto para o caso do Uruguai ou Bolívia, ambos com realidades bastante distintas da brasileira (Batista, 1994).

Perante tais recomendações mundiais, o processo denominado de globalização/mundialização acabou servindo como veiculador/beneficiador de tais recomendações.

O processo de globalização, como o próprio nome sugere, refere-se a acontecimentos/efeitos globais/mundiais que se expressam por meio de representações simbólicas; pelas fabulações; pelos processos tecnológicos da informação; pela integração de mercados (embora em muitos casos, desigual e combinada, como salienta Santos, 1995); ou, pelos fluxos econômicos, dentre muitos outros aspectos engendrados e corroborados por tal processo.

Em esfera nacional, a respectiva subdivisão interna da globalização também é manifestada de maneira particular em suas representações simbólicas, pela informação assim como também pelas mudanças que a mesma impõe aos arranjos institucionais do Estado no que tange ao seu papel historicamente determinado.

Com repercussões locais distintas, realizam-se reformas institucionais que compreendem desde a privatização e “desestatização” de empresas, à desregulamentação da economia, à mudança da legislação trabalhista e à abertura dos mercados. Todos esses fenômenos estão subjacentes à dinâmica da globalização.

Por outro lado, as ocorrências exógenas têm sua respectiva relevância para efetivação de reformas nas esferas locais/nacionais, posto que:

- a) incorporam e implementam as políticas econômicas de inspiração dos programas de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo fim prioritário são os países acometidos por situações financeiras críticas na intenção de diminuição do aparelho estatal;
- b) estão, também sob a inspiração do Banco Mundial, que exige uma adequação (via relatório) das políticas nacionais na concessão de empréstimos que os países em desenvolvimento venham a realizar;

c) são adotadas pela pressão de empresas transnacionais que de forma oligopolista articulam-se para que a expansão estatal sofra obstáculo nos setores rentáveis da economia (Farias Neto, 1994).

Obviamente, tais forças, como já assinalava Cardoso (1970) são movidas pela atuação de forças sociais internas de cada país, ou de grupos de interesses que visam ascender através da inserção nas novas áreas de investimentos decorrentes da privatização, por exemplo.

Ou seja, o processo de privatização seria fortemente influenciado tanto por atores exógenos quanto endógenos aos países, donde fazem parte macros atores formuladores e implementadores de novos modelos de gestão dos setores infra-estruturais e de novos arranjos institucionais para regularem as transformações ocorridas.

Neste sentido, as privatizações assumiram uma certa centralidade nas orientações político-econômicas reinante no final do século XX, fundamentadas pelo discurso de eficiência da gestão privada nos negócios. Ressurge com isto, o discurso centrado na possibilidade de retomada do desenvolvimento executado pelos recursos do setor privado em diversos setores da economia, antes assentados sob os investimentos estatais (na América Latina, por exemplo).

As privatizações, em particular as ocorridas no setor elétrico, corroboram com a consolidação da lógica de “*Estado Mínimo*”, na qual o mercado adquire centralidade e hegemonia, sendo instrumento capaz de alocar com eficiência os recursos e distribuir com equidade os benefícios. Tal concepção beneficia a esfera privada em detrimento da esfera pública para o provimento dos serviços públicos, reservando neste novo rearranjo o papel de mediador e regulador ao Estado.

A crítica à “pouca” eficiência dos monopólios estatais não levou em consideração que, historicamente, a gestão dessas empresas foram sacrificadas em grande parte, pela contenção e subsídio dos preços públicos em função de uma equivocada política de combate à inflação aliada à política de exportação, o que acabou refletindo diretamente no desequilíbrio do próprio orçamento do governo e também na destruturação de muitas das empresas sob controle estatal (Batista, 1994).

A indústria da eletricidade brasileira foi um dos segmentos visados pelos capitais (estrangeiros e nacionais) para privatização. Historicamente, o setor energético, no Brasil, apresentou uma estrutura vertical, que consistiu em se ter um parque gerador em uma ponta, a transmissão no meio e, na outra ponta, a distribuição. Porém, essa estrutura mudou na década de 1990 sob dois aspectos: o primeiro para um modelo de integração horizontal; o segundo para uma estrutura privada, pretensamente com livre concorrência no mercado.

Nas reformas do setor elétrico de muitos dos países centrais, houve uma opção pela manutenção da propriedade estatal sobre tal indústria, o que não excluiu do debate interno a construção e implementação de políticas com alguns níveis de concorrência na geração de eletricidade (auto-produção, co-geração, produção independente), ou seja, uma tentativa de ampliação e viabilização de uma maior participação do capital privado em investimentos setoriais (Rosa, Tolmasquim e Pires, 1998).

Todavia, o caráter estrutural e estruturante da ação estatal pós 1945 foi indispensável para o crescimento capitalista. O Estado promoveu o Estado de Bem Estar Social ou o Estado Desenvolvimentista, regrou as condições de trabalho, regulou a articulação do sistema financeiro e da concorrência intercapitalista, todas essas medidas sob o padrão intervencionista Keynesiano (Tavares, 1970).

A partir de 1973 começou um crescente processo de estagnação com inflação e sucessivas ondas de especulação contra o dólar (com contra partida, as moedas européias), ocorrendo uma deterioração da capacidade de regulação monetária e financeira, inclusive dos Estados Unidos, engendrando-se, com isto, um quadro referencial para a industrialização, o consumo e o financiamento traçado para o pós-guerra (Maciel, 1997).

A desestruturação global do sistema financeiro e produtivo concomitantemente com o acirramento do processo de globalização criou novos ordenamentos financeiros, produtivos e culturais afetando de forma desigual os países do sul e os países do norte.

Neste processo, dois movimentos se consolidaram: as transações vultuosíssimas que abrangeriam as fusões, as compras-vendas, os joint-ventures e outras combinações que resultaram em novas formas de concentração do capital; e, a aceleração do ritmo do progresso técnico engendrado pela nova realidade oligopolista capitalista em sentido político, social, e econômico que por sua vez traria conseqüências deletérias para o espaço social.

Mediante tal panorama, a privatização acenou num primeiro instante para uma mudança na relação entre o Estado e a forma de condução da Economia capitalista contemporânea, ocasionando, com isto, diversas possibilidades de inserção do capital privado em atividades produtivas diretas ou em serviços de utilidade pública.

Deste panorama, destacaram-se três modalidades de privatização:

- a) desestatização das empresas públicas através da venda total ou parcial de ativos de propriedades públicas direta ou indiretas;
- b) desregulamentação dos mercados das empresas públicas por intermédio de medidas que buscaram expandir a competição; e
- c) *contracting out* e *franchising* – como tipos representativos de transferência da administração e da operação de atividades para o setor privado sem a renúncia ao controle estatal, de variada expressão (Maciel, 1997).

Segundo Maciel (1997), a privatização não decorreria da necessidade de saneamento das finanças públicas e de choque de eficiência econômica sobre a estrutura vigente. A abertura à concorrência, implicando na privatização ou não é um movimento de readequação de espaços de valorização para gigantescas massas de capital financeiro. Porém, não foi exatamente este movimento que foi verificado no decorrer da década de 90, principalmente no setor elétrico que talvez seja o setor que mais problemas apresentou por decorrência das reformas nele realizadas.

Do ponto de vista teórico, as privatizações apresentaram como ponto central o fator econômico, ou seja, a desregulamentação e a liberalização aumentariam as condições competitivas do mercado, as quais garantiriam por sua vez, a alocação eficiente de recursos.

Porém, para uma avaliação mais precisa a respeito das formas de gestão (pública ou privada) há necessidade de algumas ponderações. Primeiramente, que os ditos "*problemas de agências*" não são restritos as empresas estatais, podendo ocorrer também em empresas privadas. Em segundo lugar, passados mais de dez anos de reformas privatizantes no país (Brasil em particular), ficou evidente que a competição "pura" de mercado não é condição necessária e suficiente para engendrar por si só a diminuição das desigualdades nos serviços prestados e por sua vez uma alocação mais eficiente dos serviços. Nem sequer, foi eficiente para gerar novos investimentos para garantir de forma efetiva a melhora do setor e conseqüentemente o necessário favorecimento infra-estrutural para o devido crescimento econômico (no caso do setor elétrico brasileiro e argentino, por exemplo, durante a década de 1990).

Refletir sobre o setor energético em geral, e o brasileiro em particular, implica em compreendê-lo historicamente para a partir daí elencar-se alguns fatos importantes e cruciais para a sua respectiva reestruturação. O setor elétrico brasileiro foi marcado por uma ausência de decisões efetivas capazes de equacionar as distorções ocorridas, em boa parte pela falta de uma concepção integrada do setor energético em termos de formulação de políticas públicas e definição de prioridades.

Outro fator presente na questão energética na atualidade é a preservação ambiental, ou seja, a obtenção de energia com a menor exploração dos recursos naturais. Melhorar a eficiência na transformação (produção e consumo final), no transporte e na distribuição de energia elétrica juntamente com as proposições de universalização da mesma e de práticas tarifárias mais justas socialmente são apenas algumas das questões postas a reflexão e a crítica, passados mais de dez anos das reformas realizadas no setor elétrico brasileiro.

A descrição que pretendemos, deverá trazer apenas aquilo que há de essencial e específico nas transformações ocorridas no setor elétrico brasileiro. Isto é, verificar quais influências político-econômicas

o país sofreu; em que contexto histórico/global ocorreu os fenômenos ligados a reestruturação do setor elétrico e sob quais dimensões geopolíticas; quais foram os atores pró-ativos nesse processo e; por fim, alguns dos resultados até aqui acompanhados, decorrentes de tal reestruturação no Brasil.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA

Entre 1907 e 1913, as condições da acumulação industrial já permitiam antecipar a liderança da indústria paulista neste processo. Passados os anos da primeira guerra, a segunda valorização do café e a própria geada de 1918, houve a reposição das condições da acumulação cafeeira, que se reforçou com a política de defesa permanente em 1922 e, ainda mais, a partir de 1924, com o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café.

O final dos anos dez e o início da década de 20 marcaram, portanto, o início de um ciclo de expansão da economia cafeeira paulista, que trouxe à tona a possibilidade de uma diversificação crescente da economia no aspecto urbano industrial, além de dar algum fôlego ao mundo agrário. A acumulação industrial definiu a primazia paulista, não apenas pelo seu maior crescimento, mas, sobretudo pela significativa transformação qualitativa da estrutura produtiva. A agricultura do Estado, já diversificada no começo do século XX, assistia o início de um processo que viabilizava sua rápida reestruturação após a crise dos anos trinta.

Em São Paulo³ criaram-se as condições para uma acumulação capitalista diversificada; não apenas com o café, mas também, com estra-

³ Até 1879 a Província de São Paulo viu criarem-se 100 municípios e nos últimos vinte anos do século criaram-se mais 61, entrando São Paulo no século XX com 161 municípios. Na primeira década do século, marcada pela crise cafeeira, nenhum novo município foi criado, mas nos anos 10 a retomada da expansão cafeeira levou à criação de mais 31 municípios e, na

das de ferro, com bancos, com indústrias de diversos setores, com comércio e com a eletricidade, dentre outras. O capital cafeeiro desdobrou-se em múltiplas faces. Entre 1886 e 1913, com exceção dos anos de crise do final do século XIX e início do século XX, deu-se o nascimento da indústria paulista. Mas é justamente durante a década de 20 que o crescimento industrial assegurou a liderança do Estado no contexto nacional. Em 1907, São Paulo participava com 16% na produção industrial do país, valor esse que passou para 31% em 1919 e 41% em 1939.

Diferentemente do café escravista, cuja herança foi a paisagem das "*idades mortas*" do Vale do Paraíba, a nova expansão cafeeira do começo do século XX, impulsionou a vida urbana nos centros do leste, sobretudo na capital. Neste processo foram definidas regiões e foi organizada uma primeira hierarquia no sistema de cidades do Estado.

O complexo cafeeiro, ao se desenvolver, deu origem à estrutura básica da rede urbana paulista, necessária tanto para sustentar a produção do café como para permitir o seu escoamento e comercialização. A rede urbana criada pelo e para o café assentou-se no desenho viário das ferrovias, onde se distribuíam núcleos urbanos que davam suporte principalmente às necessidades de consumo dos colonos e dos pequenos produtores agrícolas e às necessidades de armazenagem, operação e transporte da produção cafeeira. Em resposta a estas demandas estruturou-se, principalmente nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, uma rede urbana relativamente densa e ramificada, pontuada por centros maiores, que centralizavam o comércio e a prestação de serviços em relação a uma certa área, fazendo a mediação entre a Capital e o Interior do Estado.

Assim, a indústria se apropriou da rede urbana produzida pela e para a economia cafeeira e reforçou a polarização de certos núcleos originados do próprio complexo cafeeiro.

década seguinte, quando o Governo Provincial assumiu diretamente a política de sustentação do café, houve uma febre expansionista na frente pioneira, em que mais de 53 municípios foram criados. Assim, São Paulo entrou na crise de 29, com uma rede urbana constituída por 245 municípios criados, quase a metade do número atual.

Desde o final do século XIX, a sociedade brasileira vinha passando por longos e complexos processos históricos que engendraram transformações sócio-econômicas e conseqüentemente estabeleceu um novo padrão de organização social e um novo estilo de vida para a sociedade como um todo e para o cotidiano das pessoas em particular.

Parte dessas transformações sócio-econômicas se referem à abolição da escravatura, a economia cafeeira, a imigração, o nascimento da indústria, o crescimento das cidades, as ferrovias e o estabelecimento da energia elétrica assentada na base hidráulica, dentre outras.

Essas referidas transformações acabaram criando um conjunto de mudanças que geraram, por decorrência, novos atores, novas necessidades e novas formas de organização, tanto do Estado, como também da sociedade civil como um todo. É neste contexto de grandes transformações que a energia elétrica gradativamente começa adentrar na sociedade como um dos fatores essenciais para a adoção de um novo padrão de organização social e industrial. A energia surge como a possibilidade histórica para o desenvolvimento urbano industrial do país.

Com a revolução de 30, há uma centralização do Estado para o estímulo ao desenvolvimento nacional. Com isto, o papel do Estado na economia passa a ser mais essencial do que nunca, seja no que se refere ao câmbio e a alfândega, ou no que se refere à reorientação do processo industrial assumido pelo país. O censo de 1940, já expressava um relativo desenvolvimento industrial do país, com uma leve vantagem para o desenvolvimento industrial paulista. Este período – 1930/45 – foi denominado de *industrialização restringida*⁴ por Tavares (1983).

Por *industrialização restringida*, pode-se entender o processo pelo qual a dinâmica da acumulação se assentou na expansão industrial, mas esta se encontrava restringida porque as fragilidades das bases técnicas e financeiras não permitiam, a época, que se implantasse, de

⁴ Termo utilizado por Maria da Conceição Tavares para definir o período de industrialização incipiente no Brasil que data de 1930 a aproximadamente 1945, data a partir da qual se intensifica um processo de industrialização num quadro de organização dos padrões sociais já com características mais urbano-industrial.

uma só vez, um segmento de bens de produção capaz de assegurar a autodeterminação do processo de acumulação.

Como se pode perceber, embora praticamente todo o primeiro quinquênio do século XX tenha sido marcado por uma estrutura social e econômica assentada em sua maioria no ambiente rural, já havia indícios de um novo modo de organização centrado na industrialização e urbanização do país, especialmente da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Mediante os processos supra, vai se instaurando a energia elétrica no país, não só como sinônimo de desenvolvimento e modernidade, mas também como arranjadora de uma nova estrutura organizacional adotada pelo Estado e incorporada pela população aos seus estilos de vida.

A partir do Plano de Metas – com a promessa de *“cinquenta anos de progresso em cinco de governo”* –, era proposto em 1956 algumas diretrizes para o desenvolvimento industrial nacional, onde, de fato, começa a se solidificar o tão esperado e desejado desenvolvimento industrial brasileiro, particularmente o paulista, que em 1955 já detinha 52% da participação total da indústria nacional. O caminho a ser seguido contemplava soluções pragmáticas que contavam com a participação da iniciativa privada – nacional e estrangeira – e de empresas sob o controle do estado, na tentativa de evitar posições ideológicas extremadas.

Durante o governo do presidente Kubitschek (1956-60), instituiu-se um Conselho de Desenvolvimento, que tinha a sua secretária no BNDE, posteriormente denominado de BNDES. O setor energético absorveu quase a metade do orçamento global do Plano de Metas e, a energia elétrica cerca de metade do valor conseguido por todo o setor energético.

Tal importância salienta o quanto no processo de execução do Plano, a energia elétrica teve prioridade. A criação do Ministério das Minas e Energia ao final do governo do presidente supra só reforça a influência e importância deste setor para o desenvolvimento industrial do Brasil.

A implantação das fábricas de automóveis, ainda durante a década de 50, foi um marco na industrialização do país, que associada à construção e modernização das estradas de rodagem, deu origem ao intensivo aumento da demanda de derivados de petróleo.

Por outro lado, era geral a convicção entre políticos e pesquisadores (da época) de que as condições do suprimento de energia já estavam deficitárias e, caso nada fosse realizado, tenderiam a agravar-se. Neste período já estava em gestação o projeto de Furnas, cujo aproveitamento do potencial do Rio Grande teria fundamental importância no suprimento e na interligação dos sistemas da região sudeste. Furnas acrescentaria 1 milhão de KW a um sistema de três milhões. Algumas objeções ficaram conhecidas, dentre elas, as desvantagens das grandes usinas com seus reservatórios (Peixotos, Três Marias e Furnas) em face de usinas de menor porte, e, os malefícios decorrentes do deslocamento de populações e de suas respectivas atividades agrícolas produtivas.

Em atitude pragmática e considerando indispensável uma grande solução prática para a crise de energia da região Sudeste – nos moldes da que havia sido adotada para o Nordeste, com a criação da Chesf, em 1945 –, o governo de Kubitschek aprova a fundação da Central Elétrica de Furnas, em 1957, sem solicitar autorização do congresso.

Em Minas Gerais, os projetos técnicos de Furnas e Três Marias tiveram início ao mesmo tempo em que o ex-governador do referido Estado, Juscelino Kubitschek se lançava como candidato à Presidente da República. Ao assumir a presidência, o projeto de Furnas já estava em condições de ser lançado. A principal dificuldade era definir a estrutura empresarial. Tratava-se então, de um empreendimento do governo federal, cujo objetivo era o de suprir com energia elétrica, outros estados da Federação. Minas Gerais, por sua vez, dispunha do seu próprio projeto para o seu referido espaço geográfico e político com a execução da Usina Hidroelétrica de Três Marias.

São Paulo, por sua vez, também tinha seu projeto em Urubupungá. Cogitava-se interligar sistemas até então isolados e, por fim, suprir concessionárias de capital estrangeiro que distribuíam a maior parte da

eletricidade de toda a região de influência de Furnas, quais sejam: a Light, que neste período ainda detinha mais da metade do mercado, e três subsidiárias da Amforp.

A Eletrobrás, cujo projeto estava no Congresso havia sete anos, só teria sua criação autorizada, com grandes simplificações, em 1961, já no governo Jânio Quadros. A ela se incorporaram a Chesf e Furnas, e para ela se transferiram atribuições do BNDE referentes ao financiamento do setor elétrico e à gestão do Fundo Federal de Eletrificação.

A constituição da Eletrobrás processou-se de forma bastante lenta. Dois temas eram cruciais; o da perspectiva de sua auto-suficiência econômica e financeira, e, o da integração física do sistema elétrico, que ainda viria a demandar muito tempo para ser definida.

Por iniciativa da Cemig, depois transformada em empreendimento de amplitude regional, foi solicitado ao Fundo Especial das Nações Unidas, que realizasse um levantamento sobre os recursos hídricos da região Sudeste e, seus respectivos potenciais para geração de energia elétrica.

Na avaliação do mercado potencial, procurou-se fugir da simples extrapolação estatística do passado, buscando projeções da estrutura econômica futura e/ou de variáveis macroeconômicas, traduzindo-as, depois, em requisitos de energia elétrica.

A consolidação econômica dos serviços de eletricidade só se completaria, entretanto, no governo do presidente Emílio Médici com os seguintes acontecimentos; a aprovação de um decreto de regulamentação geral do imposto único; do empréstimo compulsório e do Fundo Federal de Eletrificação, dentre outros de menor importância. As grandes beneficiárias desses recursos eram o grupo Light, que, em tese, deveria trazer recursos privados externos para a sua própria capitalização, e a CESP, controlada pelo estado mais rico da Federação, São Paulo.

Visando garantir a eficiente operação dos sistemas interligados das regiões Sudeste e Sul, institucionalizaram-se dois Comitês Coordenadores da Operação Interligada (CCOI), que vinham operando de forma experimental e satisfatoriamente desde 1969 na região Sudeste,

e desde 1971, na região Sul. Os novos organismos designados GCOI – Grupo Coordenador para Operação Interligada – incorporavam representantes da Eletrobrás e de suas subsidiárias, bem como das concessionárias estaduais de cada região, estas últimas em maioria. Só bem mais tarde seriam instituídas e depois ampliada à coordenação do Nordeste e do Norte do país.

Numa análise perspicaz, Ianni assinala que o planejamento econômico no Brasil, de 1930-1970, contou com dois fatores importantes para o seu entendimento, quais sejam:

- a) que houve preponderância do projeto de desenvolvimento nacional nos anos 1930-1945, 1951-1954 e 1961-1964, e, predomínio da estratégia de desenvolvimento dependente nos períodos 1946-1950, 1955-1960 e 1964-1970;
- b) que as políticas econômicas governamentais presentes nos anos 1930-1970, teriam se comportado de maneira à estimar, reduzir e/ou controlar os riscos políticos aos quais poderiam estar sujeitos os investimentos privados, sejam eles de origem nacional ou multinacional, Ianni (1986).

Independente da escolha pelo projeto de desenvolvimento nacional ou de desenvolvimento dependente, a questão energética, com relativo destaque a questão da hidroeletricidade, acabou por ocupar expressiva relevância e centralidade na forma de pensar e fazer política no Estado brasileiro (principalmente a partir da década de 1950), tendo sempre em vista, suas possibilidades de desenvolvimento e modernização do país.

BREVE HISTÓRICO DA ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRA E SUA “VOCAÇÃO” HIDROELÉTRICA

A primeira hidroelétrica no Brasil foi instalada em 1883, no Ribeirão do Inferno, afluente do Rio Jequitinhonha. Em 1889, foi inaugurada a Usina Hidroelétrica denominada Marmelos (capacidade de 375 kW, sendo três máquinas de 125 kW cada), localizada no Rio Pa-

raibuna, no município de Juiz de Fora/MG. Nasceram, ambas, por demanda de empresas de mineração e fábricas têxteis. No fim do século XIX, empresas internacionais tinham grande interesse na exploração dos serviços de eletricidade nas grandes cidades.

No Estado de São Paulo em 1899, e, no Estado do Rio de Janeiro em 1905, a Light (grupo canadense) se instalou e obteve a concessão⁵ para explorar a distribuição de energia elétrica, iluminação pública e tração elétrica (transporte urbano eletrificado – bondes) em ambos os Estados, cuja situação foi favorável para o desenvolvimento de tais atividades. Uma vez conquistada a concessão, a empresa canadense começou a explorar o potencial hidroelétrico das bacias do Tietê (SP) e do Paraíba (RJ).

Um dos maiores empreendimentos realizados pela Light no começo do século XX foi a UHE de Fontes sobre o ribeirão das Lages no Rio de Janeiro, que em 1908 operava a potência de 12.000 kW e em 1913 a potência de 49.000 kW (em carga normal) e 64.000 kW (em sobrecarga).

Em 1907, no Brasil, a eletricidade correspondia à cerca de 5% da energia utilizada; já em 1920, esse percentual cresceu para 47%. As novas usinas foram em sua maioria, construídas pelos grupos estrangeiros, tais como, o grupo americano *Bond&Share* (Amforp) que, em 1927, tornou-se responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente 1/3 do território paulista (Memória ELETROPAULO, 1996).

Na década de 1920, ainda houve o movimento de fusão e incorporação das empresas privadas nacionais no Brasil a fim de conquistar maior espaço num setor que ampliava muito rapidamente. Desta fusão, constituíram-se duas grandes empresas, a saber: a Companhia Paulista de Força e Luz, em São Paulo, e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica – CBEE, no estado do Rio de Janeiro.

⁵ Conforme Decreto nº. 5.407, de 1904, os contratos de concessão só poderiam ter revisão tarifária a cada cinco anos. Todavia, em 1905, tais contratos passaram a contar com a “cláusula ouro” que acabava por permitir às empresas estrangeiras a revisão de suas tarifas pela variação cambial, o que na prática anulava o decreto de 1904, (Mello, H, 2001:229).

A Light, por sua vez, entre os anos de 1927 e 1928, a partir da aquisição das empresas elétricas do Vale do Paraíba (que atuavam também na região de Itú e Baixada Santista), passou a responder pelo fornecimento de energia elétrica no território que apresentava o maior crescimento econômico e industrial do país à época – São Paulo e Rio de Janeiro – (ELETROPAULO, 1996).

Foi também no 1927 que a *American Foreign & Power Co.* (Amforp), do grupo *American Bond & Share* apresentaram interesse pelo Brasil e disposição a dividir com a Light a formação do setor elétrico brasileiro. Uma vez instalado no país, a Amforp concentrou esforços no interior do estado de São Paulo e nas capitais do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Espírito Santo, além da atuação no interior do estado do Rio de Janeiro com a compra da CBEE⁶. Como podemos perceber o movimento no setor elétrico brasileiro até 1930 foi marcado pela hegemonia de duas grandes empresas estrangeiras no setor (Light e Amforp).

Tabela 1 Potência Elétrica Instalada no Brasil em kW – de 1883/1930

Anos	Usinas Termelétricas	Usinas Hidrelétricas	Total	% da Hidrelétrica
1883	52	—	52	—
1885	80	—	80	—
1890	1.017	250	1.267	20
1895	3.843	1.991	5.834	34
1900	5.093	5.283	10.376	51
1905	6.676	38.280	44.936	85
1910	32.729	124.672	152.401	82
1915	51.106	258.692	309.798	84
1920	66.072	300.946	367.018	82
1925	90.608	416.875	507.483	82
1930	148.752	630.050	778.802	81

Fonte: Conselho Mundial de Energia, Comitê Nacional Brasileira, Estatística brasileira de energia, n. 1 1965.

⁶ A empresa ainda se estendeu posteriormente as capitais dos estados do Paraná e Minas Gerais, além de comprar as pequenas empresas particulares em volta do estado mineiro, (Mello, H, 2001:230).

Até o final do século XIX no Brasil, a geração de energia elétrica via fonte térmica era hegemônica, todavia, em praticamente todo o século XX, a produção de energia elétrica por meio de usinas hidroelétricas ocupa centralidade e hegemonia. Como evidenciado na tabela 1 (para o período de 1883 a 1930), em 1900 a hidroeletricidade respondia por 51% do total da energia gerada e em 1930 já respondia por 81%, chegando ao final do século XX com praticamente 90% da capacidade de geração como veremos em dados apresentados posteriormente.

Tabela 2 Evolução da potência instalada e da produção de energia elétrica no período – 1940/1955

Anos	Potência Instalada (kW)		
	Usinas Termelétricas	Usinas Hidrelétricas	Total
1940	234.531	1.009.346	1.243.877
1941	242.243	1.019.015	1.261.258
1942	247.002	1.060.646	1.307.668
1943	248.275	1.067.063	1.315.438
1944	257.239	1.076.969	1.334.208
1945	261.806	1.079.827	1.341.633
1946	280.738	1.134.245	1.414.983
1947	282.973	1.251.164	1.534.137
1948	291.789	1.333.546	1.625.335
1949	304.331	1.430.860	1.735.191
1950	346.830	1.536.177	1.883.007
1951	355.190	1.584.756	1.939.946
1952	372.388	1.602.627	1.975.015
1953	418.204	1.686.651	2.104.855
1954	632.301	2.173.226	2.805.527
1955	656.282	2.408.272	3.064.554

Fonte: Eletropaulo, História e Energia: Estatização X Privatização, 1997:206.

Após a revolução de 30, o pensamento político-econômico do país teve como elemento chave o estímulo ao desenvolvimento nacional através de ações estatais. Visava-se, entre outros, o atendimento das demandas do setor produtivo, seja criando geradoras e distribuidoras de energia elétrica ou incentivando a iniciativa privada a investir no setor elétrico.

Na época, o mundo estava submetido a grande depressão econômica, deflagrada pela quebra da Bolsa de Nova York. Neste processo, o EUA e alguns países europeus passaram a adotar uma estrutura regulatória amparada na concorrência do Estado com a iniciativa privada (capital empresarial privado), o que resultou numa redução de aproximadamente 75% nas tarifas de energia elétrica, (Mello, H, 2001).

Dado a necessidade dos EUA recuperarem sua economia, foi elaborado um programa denominado de *New Deal*, adotado pelo governo Roosevelt, cujo um dos pilares foi o investimento em infra-estrutura, principalmente a construção de grandes usinas hidrelétricas. Muitos foram os atores estatais (federais e estaduais) que se envolveram neste processo, a saber: o *US Army Corps of Engineering* e o *US Bureau of Reclamation* (órgãos federais); a *Tennessee Valley Authority* e a *Bonville Power* (órgãos estaduais). Estes órgãos juntos construíram quase que a totalidade das usinas hidroelétricas que operam hoje nos EUA, ou seja, cerca de 95.000 MW – aproximadamente 11,5% da capacidade instalada no país –, (Mello, H, 2001:230). Ainda hoje permanecem nas mãos do Estado e não há indícios nenhum de privatiza-las, pelo contrário, as usinas hidrelétricas são consideradas estratégicas e enquanto tais devem ser mantidas sobre controle direto do Estado.

Em 1931, Getúlio Vargas regulamenta o aproveitamento e a propriedade das quedas d'água por meio de um decreto, afetando diretamente a Light ao barrar a absorção de usinas de pequeno porte e diminuindo o processo de concentração do setor elétrico que ocorrera até os meados dos anos 20.

Por outro lado, outro decreto editado em 1933, extinguiu o aumento das tarifas dos serviços públicos – gás, eletricidade, transporte coletivo e telefone – estipulada pela “*cláusula ouro*” com base na qual os preços seriam reajustados periodicamente conforme as flutuações da taxa de câmbio. No ano seguinte – em 10 de julho de 1934 – foi promulgado o Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de junho) que regulamentava a água e a energia elétrica pelo governo provisório. Tal vinculação na regulamentação intrigada da água e da

energia elétrica se justificava pela “vocação” da hidroeletricidade do Brasil (ou seja, país rico em grandes quantidades de águas interiores, uma vasta rede de bacias hidrográficas). No ano de 1939 foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia (CNAEE), com o compromisso primordial de regulamentar o Código de Águas⁷.

O grande percentual de águas interiores que o Brasil possui, cerca de 12% do total mundial (Cabral, 2001), e a possibilidade de seu aproveitamento para geração de energia elétrica também é um grande motivador/estimulador para vocação hidroelétrica⁸ adotada pelo país.

Perante as vultosas redes fluviais brasileiras, houve uma opção político-econômica reinante no século XX, principalmente no pós-segunda guerra mundial (onde ocorre um processo de intensificação em investimentos hidroelétricos oriundos de um planejamento estatal), pela construção de Grandes Projetos Hídricos (GPHs) em quase sua totalidade com o aproveitamento hidroelétrico.

A primeira relação entre as águas interiores e a construção de usinas hidroelétricas para o aproveitamento elétrico, regularização da vazante e para transporte hidroviário pode ser entendida como uma reconstrução contínua no espaço e no tempo da relação da sociedade com a natureza e da sociedade consigo mesma pela intermediação da energia elétrica. Porém, essa reconstrução sobre o território e a sociedade incidiu direta ou indiretamente em fixos que possibilitaram a produção de outros fixos e a movimentação de muitos fluxos (Santos, 1991).

A reconstrução do espaço brasileiro tem como um de seus pontos fundamentais, a criação dos GPHs, que por um lado, redefiniram a pai-

⁷ Tal Código continua vigente até hoje em dia, sendo atualizado em alguns aspectos em 8 de janeiro de 1997 pela Lei nº. 9.433 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento, (Mello, H, 2001:231).

⁸ Embora o Brasil seja privilegiado em águas interiores, a distribuição geográfica (regional) das mesmas é desigual e concentrada, estando em sua maioria na região norte, na bacia amazônica. Sendo que, na atualidade, somente 1/3 da energia de origem hidráulica foi aproveitada, justificando-se com isto a possibilidade de permanência e manutenção da “vocação” hidroenergética, porém, há um déficit nas redes de transmissão, necessitando de mais esforços para interligação do sistema (ANA, 2001 e LEME, 2001).

sagem natural com grandes reservatórios e, por outro, foram centrais na escolha desenvolvimentista adotada pelo país. É sabido que o modelo desenvolvimentista que vigorou no passado foi excludente socialmente e que, portanto, o processo de criação de GPHs e conseqüentemente o acesso a energia elétrica também foram seletivos em termos tanto dos seus efeitos positivos quanto negativos sob a população.

Nesse sentido, refletir sobre a energia elétrica no Brasil, que eminentemente é oriunda de fontes hidráulicas, implica em percebê-la socialmente como sendo um dos múltiplos usuários da água, desencadeando, por conseqüência, a necessidade de aproveitar os recursos hídricos dentro de uma gestão racional e sustentável de bacias e micro-bacias.

Tratando-se do aproveitamento dos recursos hídricos, foi somente com a “Lei das Águas” – Lei 9.433/97 –, que seria preconizada a gestão desses recursos, propiciando o acesso aos diversos usuários da água, sendo priorizado, em momentos de escassez, o abastecimento humano e a dessedentação animal, dentre outros usos, a saber:

- a) o controle de enchentes;
- b) o transporte de passageiros de carga;
- c) a irrigação;
- d) a piscicultura;
- e) a recreação;
- f) o incentivo ao turismo;
- g) a conservação do meio ambiente e;
- h) a produção de eletricidade (Sauer, 2002).

Por outro lado, há também a necessidade de se entender o setor elétrico brasileiro pela compreensão de como a industrialização nacional foi pensada e o que a influenciou. A industrialização era vista como a alternativa mais viável para superação da deterioração dos termos de intercâmbio e, da ausência de oportunidades que rondavam os países latino-americanos desde os anos 40.

“o desenvolvimento foi a ideologia que mais diretamente influenciou a economia e também, de modo geral, todo o pensamento latino americano, herdeiro direto da corrente Keynesia-

na que se opunha ao liberalismo neoclássico, esse ideário empolgou grande parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50 e se constituiu na bandeira de luta favorável à industrialização e à consolidação do capitalismo nos países de ponta desse continente” (Mantega, 1986:23).

Na perspectiva da elite política e econômica da época, a industrialização e o desenvolvimento se confundiam – sendo encarados como um processo que transcendia à luta de classes –, onde, direta ou indiretamente, pareciam ampliar as oportunidades de todos os segmentos sociais. Também transcendia o debate nacionalista ao deixar claro que tanto na esfera financeira, quanto na tecnológica, haveria necessidade dos recursos externos. Só por meio da integração dos capitais nacionais (privados e estatais) com os estrangeiros é que se daria a tão esperada consolidação das indústrias de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo final (Mantega, 1986).

A questão energética foi algo sempre presente no planejamento (se não, ao menos nos discursos sobre planejamento) econômico brasileiro, embora muitas vezes não tenha saído do papel. Tal destaque era motivado pela discussão sobre os rumos do desenvolvimento, requerente de investimentos crescentes em energia (petróleo, carvão e energia elétrica).

Muitas foram às propostas e muitos também foram os estudos/pesquisas nesse sentido, dentre os quais, a Missão Cooke – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico – (1942) que sugeria, para o desenvolvimento energético do país, a ênfase na exploração de jazidas de carvão (apesar das restrições à qualidade do mesmo); o estímulo à produção de álcool carburante como substituto para a gasolina e o reconhecimento das vantagens das fontes hidráulicas para produção de energia elétrica no Brasil (Leme, 2001).

Por outro lado, a comissão Abbink – Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos – (1949), em seu relatório final, já apresentava sua impressão de que as resoluções dos problemas relacionadas à energia e ao transporte estariam intimamente ligadas a um

desempenho satisfatório da industrialização. Afirmava ainda que “(...) a solução dos problemas relativos ao transporte, combustível, energia e alimentação é condição essencial para manter o progresso da ‘industrialização’, tal como o público o concebe”. (Calabi, 1983: 99).

Com a aprovação do projeto da Petrobrás em 1954, constituiu-se finalmente o quadro institucional básico para a orientação política do petróleo. Já para o setor elétrico, ainda havia alguns impasses, porém, admitia-se a necessidade de sua rápida expansão. Para os “privatistas” de então, o capital privado não investiria no setor por falta de garantia de rentabilidade, pois o Código de Águas (1934), estaria limitando o lucro a níveis inferiores aos de interesse dos investidores (níveis insatisfatórios, especialmente por se basear no custo histórico). Já os “estatistas” da época, lembravam que o capital privado não vinha sendo capaz de levar à frente os investimentos necessários naquela fase do desenvolvimento e, portanto, a intervenção do Estado seria essencial para garantir a expansão da oferta de energia elétrica para o crescimento da economia brasileira (Leme, 2001).

Porém, vai ser só a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-60), por meio do Plano de Metas, que o setor de energia, especialmente a energia hidroelétrica vai sofrer grande expansão até sua intensificação no início da década de 70 como nunca visto antes no Brasil. O Plano de Metas – composto de 30 metas – donde, destacava-se o aumento do potencial instalado de energia hidroelétrica de 3.000.000 kW para 5.000.000 kW em 1960 com previsão de mais de 8.000.000 kW para 1965.

O final dos anos 1950 e início dos 1960 foi um momento de grande planejamento e construções de hidroelétricas por todo o país a partir de investimentos públicos, destacando-se, nesse processo, as negociações sobre Itaipú, uma hidroelétrica Binacional que seria a maior usina em operação no mundo algumas décadas depois⁹ (ELETROPAULO, 1997).

⁹ Em 1978, foi aberto um canal de desvio do Rio Paraná que permitiu secar o leito para a construção da barragem principal. Essa usina possui uma potência instalada de 12.000MW,

Este período de 1945-1962, considerado como um momento de onda estatizante, foi marcado pela criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) sob controle federal na bacia do Rio São Francisco. A primeira fonte de recursos utilizada pelo governo federal para viabilizar os empreendimentos hidroelétricos foi o Imposto Único sobre o Consumo de Energia Elétrica (IUEE), instituído na constituição de 1946 a fim de promover e desenvolver os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por todo o país. Ainda data-se deste período à criação do Ministério de Minas e Energia em 22 de julho de 1960 (incorporando o CNAEE e subordinando a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN).

Após o Plano de Metas, vários outros planos para gestão e investimentos no setor energético foram elaborados. O Plano Trienal (1963-65) ainda permanecia com uma postura eminentemente técnica quanto ao setor energético, mas ressaltou a necessidade de integração de sistemas e linhas de transmissão a fim de utilizar amplamente a capacidade instalada no âmbito regional. Porém, não propunha grandes mudanças nos investimentos para o setor, apenas reafirmava as mesmas proposições de aumento da produção já existentes desde o Plano de Metas e adicionava uma proposta de maior eficiência na distribuição de energia elétrica (com o sistema interligado) e a auto-suficiência no refino de petróleo.

Por outro lado, neste período, surgiu uma preocupação com a necessidade de melhorar os arranjos institucionais e o fortalecimento dos órgãos técnicos do setor de energia, surgindo deste processo, o Conselho Nacional do Petróleo – CNP e o Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE¹⁰ e, também, através da criação das empresas federais – Petrobrás em 1954 e Eletrobrás em 1961.

com 18 unidades geradoras de 700 MW cada, sendo que a décima oitava geradora entrou em fase de produção comercial de energia elétrica em abril de 1991.

¹⁰ Esse Departamento foi alterado em 1968 para Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE.

No período de 1964-74, os planos macroeconômicos foram mais contundentes com relação à questão energética, tratando-a como negócio. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) definiram condições para expandir a rentabilidade do capital investido no setor e para aumentar a sua eficiência produtiva. Até então, cada Estado se esforçava para garantir para si um suprimento contínuo de energia elétrica através de suas próprias companhias, tais como a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a CEMIG, a COPEL e a USELPA. As mesmas, vinham complementar os serviços de eletricidade sob responsabilidade do capital privado que estavam cada vez mais deficientes no atendimento da demanda que se encontrava em processo de rápido aumento.

Mas, com a aprovação tardia da Eletrobrás, gerou-se novos instrumentos de atuação. A partir de 1963-64, houve alteração no cálculo do Imposto Único de Energia Elétrica – IUEE¹¹ de fixo para *ad valorem* (essa alteração no cálculo do IUEE possibilitou maior arrecadação de recursos financeiros) e a criação de Empréstimos Compulsórios sobre o consumo de energia elétrica, ambos canalizados para a Eletrobrás. Isso corroborou no fortalecimento deste órgão e na sua aceitação como condutor de uma política centralizada de expansão do setor de energia, funcionando como uma empresa “holding” do setor e também, na prática, como a principal formuladora da política setorial (até a crise energética de 1974 alterar este quadro institucional).

¹¹ - O IUEE constituiu-se numa das principais fontes de recursos para a expansão do sistema elétrico de potência. Enquanto existiu, foi calculado com base na tarifa fiscal e incidiu nas faturas dos consumidores não abrangidos pelo Empréstimo Compulsório. Em 1971, chegou a participar com 11% do total de recursos setoriais arrecadados. Ao longo dos anos, o IUEE foi perdendo importância como fonte de recursos setoriais. Dois fatores contribuíram para isso, a saber: a redução do valor da tarifa fiscal, base para cobrança do encargo, que foi reajustada com valores abaixo da inflação; a própria crise fiscal do Estado, que foi pressionando as finanças públicas em todos os níveis (ELETROPAULO, 1996). O IUEE funcionava como o que poderíamos denominar de “CPMF do setor elétrico”.

Com a instituição do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), vigente entre (1964-66), houve um esforço de estimativa de demanda de energia elétrica para a década de 1970, propondo um programa de investimento para atingir a capacidade de produção necessária à sociedade (indústria, comércio e residência).

O governo buscava o aumento da eficiência ao incentivar as empresas concessionárias ora com recursos financeiros, ora com melhores salários aos funcionários, pois se acreditava que uma melhor remuneração pudesse levar a uma maior produtividade e que os incentivos financeiros funcionariam como racionalizadores do processo. Tentou-se gerir o serviço de utilidade pública pelos padrões de empresa privada, mantendo as tarifas fixadas pelo governo, no mais das vezes, subsidiadas.

No PAEG, a política de energia elétrica foi definida pela lógica expansionista realizada pela construção de usinas hidroelétricas, embora também estimulasse o aproveitamento das reservas de carvão e a redução do uso de derivados de petróleo para a produção de energia elétrica.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-79) também centrava esforços na política energética, reafirmando a mesma tendência do PAEG. O planejamento global, com periódica atualização a respeito das diversas fontes energéticas com aproveitamento racional desses recursos, era a lógica que permeava o PED. O PED começou a antever a energia nuclear como uma forma de produção de energia em grande quantidade e a política do petróleo permaneceu com a mesma orientação.

No 1º Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1971/73), o tema da energia ainda continuou sendo visto como importante (embora não encarado como problema). Ele foi objeto de um dos grandes Programas de Investimentos do Governo, a saber: o Programa Básico de Energia Elétrica, que envolvia a primeira Central Nuclear e o conjunto das usinas hidroelétricas com capacidade geradora acima de 500.000 KW cada. O clímax do 1º PND foi ressaltar o programa nu-

clear, cujo objetivo era o de “*desenvolvimento econômico, estratégico e de transferência de tecnologia*”¹²”.

O 2º Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1974/79) por sua vez, reconheceu que as questões energéticas eram fundamentais para a estratégia nacional, revendo algumas questões elencadas nos planos anteriores. Dentro das diretrizes básicas do 2º PND para o setor energético destacavam-se, dentre outras, a redução do consumo de petróleo, principalmente para fins de transporte e melhor aproveitamento dos recursos hidroelétricos.

O 2º PND ainda apresentou sensível mudança em relação ao 1º PND e ao PED, embora esses dois últimos planos reconhecessem a existência de uma demanda reprimida – o que acabava por exigir um programa de investimentos em energia –, não havia por parte dos governos responsáveis por esses planos, um núcleo dos planejamentos sobre a política energética.

A política de financiamento do setor elétrico pós-64 é marcada, conforme exposto anteriormente, tanto pelo empréstimo compulsório – IUEE *ad valorem*, como também pela ampliação do nível de capacidade de autofinanciamento das empresas. Com esta política de financiamento, possibilitou-se um processo de expansão contínua do setor, mesmo no período de desaceleração e crise da economia brasileira (1974-79). Se, por um lado, a política econômica de controle inflacionário restringiu – a partir de 1976 – a capacidade de autofinanciamento do setor, por outro lado, a possibilidade das empresas se endividarem no exterior impediu que a expansão dos investimentos se desacelerasse (o que só iria ocorrer a partir da década de 80, acirrando-se nos anos 90).

A continuidade da crise do petróleo durante toda a década de 1970 fez com que a questão energética fosse colocada como um problema de Estado, mudando, a partir daí, o quadro institucional e as responsabilidades dos agentes já existentes. A questão energética é

¹² - O 1º PND dedicou esforços em tecnologia basicamente em quatro grandes setores que são respectivamente a energia elétrica, o petróleo, o transporte e a comunicação.

tirada das *holdings* estaduais para ser formulada em termos de política global de energia. Para tanto, criou-se a Comissão Nacional de Energia, diretamente ligada ao gabinete do Presidente. No caso específico da energia elétrica, impôs-se um programa nuclear, mesmo sem acordo com a *holding* responsável pelo setor, a Eletrobrás.

Enfim, através da ampliação da capacidade instalada, prevista nos Planos macroeconômicos supra, houve visível crescimento do setor entre as décadas de 40 e 70. Por exemplo, no período de 1966-71, deu-se o grande arranque da expansão da capacidade, que praticamente dobrou em cinco anos e, novamente, no período de 1972-78, houve outro grande salto, alcançando o nível de aproximadamente 21.000 MW (Calabi, 1983). O Estado brasileiro teve fundamental importância e centralidade para o aumento da capacidade geradora de energia hidroelétrica no país.

Até 1971, ano que criou-se a Reserva Global de Reversão¹³ (RGR), as empresas estatais e privadas continuavam a aplicar, para suas expansões, os recursos oriundos da própria arrecadação via tarifas. A partir do RGR, empréstimo e reserva passaram a constituir a principal fonte de recursos não-tarifários.

A RGR era cobrada dos setores produtores de energia elétrica e a arrecadação era depositada no Fundo de Financiamento do Setor Elétrico (Finel) que era administrado pela Eletrobrás¹⁴. Com o final das encapações e não ocorrendo as reversões, o Finel começou a ser aplicado para o financiamento de novas instalações. Com o Finel, há uma reversão em benefício das próprias concessionárias (públicas e privadas) que recebiam financiamento via Eletrobrás para aplicarem a seus planos de extensão¹⁵.

¹³ Criada em 1971, pela Lei nº. 5.655, que estipulava a critério do poder concedente, assegurar às concessionárias uma remuneração legal de no mínimo 10% ao ano e no máximo de 12% ao ano.

¹⁴ Representou inicialmente uma alíquota de 2,5% incidente sobre a rubrica: ativos fixos em operação e destinava-se a manutenção, encaptação e reversão das concessionárias.

¹⁵ Esta fonte financiadora sofreu sucessivos "desmontes" oriundos de políticas equivocadas, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, donde houve uma queda na alíquota para 0,5% que

No pós-74, a questão energética, além da importância/relevância nacional, também passa a ser tratada pelo Estado que a considerava, a partir de então, de segurança nacional, principalmente em função da produção de energia pela fonte nuclear. Isto teve implicações diretamente relacionadas à autonomia das duas *holdings* do setor energético. Até então, a política para as diversas fontes energéticas era vista separadamente, não havendo um planejamento integrado das mesmas, exigindo uma estrutura centralizada do Estado nos níveis do Gabinete da Presidência e do Conselho de Segurança Nacional.

Este processo de centralização e equacionamento das questões energéticas não foi linear. As *holdings* apresentaram resistência por um lado e, por outro, os diversos interesses econômicos privados e estrangeiros no setor também tornaram o gerenciamento muito difícil para o Estado.

Com a criação de um órgão centralizador da política energética – a “*Comissão Nacional de Energia*” – em 1979, assim como também, a criação do “*Modelo Energético Brasileiro - MEB*” no mesmo ano, donde emergiu o Próalcool – que atingiria financeiramente a Petrobrás com o volume de subsídios continuamente requeridos pelo programa –, além do Programa Nuclear e da criação da Nuclebrás que, por sua vez, atingiu a Eletrobrás (passando a partir de então, o setor a ser controlado pelas duas *holdings*).

O “*Modelo Energético Brasileiro*” – MEB – propunha uma redução significativa da importação de petróleo. A substituição do petróleo importado pelo nacional e por combustíveis alternativos, como o álcool em relação à gasolina, o carvão mineral em relação ao óleo combustível; e a elevação do grau de eletrificação do setor energético brasileiro por meio de fonte hidráulica era algumas das projeções estimadas pelo MEB.

representava aproximadamente US\$ 500 milhões/ano, (Mello, H, 2001:238). Valor bem abaixo do necessário para manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica no Brasil.

Outro processo de suma importância ocorrido até o final dos anos 1970 no setor elétrico brasileiro, foi à aquisição por parte do Estado das empresas estrangeiras que atuavam no setor. Este processo não foi tão simples como se pretendia, ao completar-se em fins de 1978, com a compra do grupo Light (na transição do governo Geisel para o governo Figueiredo) pelo valor de US\$ 350 milhões pelo ativo não-depreciado e ainda assumindo uma dívida externa de US\$ 1,2 bilhão (que onerava a empresa canadense). Neste processo o Estado acabou por assumir integralmente todas as iniciativas, os encargos e investimentos do setor elétrico, já na época, marcada por uma necessidade constante e urgente de investimentos no setor, (Mello, H, 2001).

A trajetória dos investimentos realizados no setor elétrico brasileiro, entre 1970/91, priorizou a geração de energia das empresas federais, engendrando disparidades entre essas e as empresas estaduais na capacidade instalada. Entre 1983/91, por sua vez, as grandes empresas estaduais acrescentaram 600 MW ao sistema enquanto que as federais acrescentaram aproximadamente 7.000 MW e a Binacional Itaipú, acrescentou sozinha ao montante supra, a quantia de 12.600 MW de capacidade instalada de energia elétrica¹⁶.

Embora tenha se priorizado os investimentos na atividade de geração em relação à transmissão e distribuição ao longo do período (1970 a 1991), o mais relevante a ser analisado neste respectivo período é o decréscimo no valor total dos investimentos na geração, a saber: dos 8.123,00 milhões de dólares investidos em 1980 no setor elétrico brasileiro, 61,79% foi na geração (aproximadamente US\$ 5.019,20 milhões). Em 1991, os 4.367,70 milhões de dólares investidos no setor, cerca de 63,31% desse valor foi para a geração (aproximadamente US\$ 2.765,19 milhões). O total dos investimentos feito no setor elétrico brasileiro em 1991, incluindo a geração, a distribuição e a transmissão atingiram a soma de US\$ 4.367,70, sendo esta, menor do que a investida em 1980 só na geração. (Tabela 3).

¹⁶ A quota-parte brasileira é de 6.300 MW, entretanto a quota-parte paraguaia está destinada ao Brasil, Rezende et ali, 1997.

Tabela 3 Evolução dos Investimentos do Setor Elétrico Brasileiro por Subprogramas – 1970/91 (em % e US\$ milhões)

Anos	Investimentos				
	Geração	Transmissão	Distribuição	Inst. Gerais	Total
1970	54,34	21,69	17,18	6,79	2.876,90
1971	58,80	22,89	12,40	5,91	3.229,90
1972	58,22	23,73	12,44	5,61	3.694,90
1973	56,34	23,57	14,71	5,39	4.302,10
1974	59,60	20,25	14,09	6,06	4.866,60
1975	53,63	29,75	11,07	5,55	6.116,10
1976	60,39	24,21	10,73	4,67	6.882,80
1977	61,55	23,53	10,71	4,21	7.767,40
1978	60,72	23,87	11,38	4,04	8.737,20
1979	55,21	28,55	11,53	4,71	8.396,80
1980	61,79	24,89	10,08	3,16	8.123,00
1981	63,22	22,30	10,74	3,74	8.620,10
1982	65,73	20,45	11,30	2,52	9.151,30
1983	63,16	22,79	11,24	2,81	7.032,40
1984	57,04	23,55	15,68	3,73	6.289,70
1985	51,81	24,90	18,77	4,52	7.012,10
1986	50,95	24,79	16,54	7,72	6.649,60
1987	53,93	27,86	11,59	6,63	9.379,50
1988	54,82	28,16	10,72	6,30	7.780,30
1989	63,66	19,32	12,11	4,91	6.482,50
1990	57,69	17,25	18,12	6,95	5.242,30
1991	63,31	18,76	10,79	7,15	4.367,70

Fonte: Prado, S. in “Aspectos Federativos do Investimento Estatal: o Setor Elétrico”, FUNDAP/IESP, 1994.

Esta tabela foi extraída de Rezende, 1994/IPEA.

A década de 80, ou “*década perdida*”, como muitos economistas (Cano, 1995; Cysne, 2000; Leite, 1995, entre outros) a denominaram, pelo baixo crescimento econômico, alta inflação e sucessivas crises, foi portadora de impactos que acabaram por atingir os investimentos realizados no setor elétrico brasileiro¹⁷.

¹⁷ Outro fator deletério presente na década de 80 refere-se as exportações desta década que embora tenham passado de 20 para 31 bilhões de dólares, gerando elevados superávits, não

O setor elétrico, por sua vez, teve muitos comprometimentos financeiros seja pela elevação das taxas internacionais de juros – 1979/82 –, ou pela maxidesvalorização cambial – 1979 e 1983. O que levou o Estado, em 1981, a alterar o regime de tarifação pelo custo do serviço na intenção de incorporar parte expressiva dos preceitos da teoria marginalista para o equilíbrio das contas.

Com a eclosão da crise de liquidez do mercado financeiro internacional com a moratória do México em fins de 1982, as possibilidades de obtenção de novos recursos pelos países devedores, dentre eles, o Brasil, foi reduzida drasticamente, interrompendo com isto o padrão de financiamento adotado pelo Estado brasileiro na década anterior. Tal quadro macroeconômico e geopolítico fez com que fosse formalizado no início de 1983 um acordo com o FMI, cujo cerne foi o corte da possibilidade dos países considerados emergentes captarem recursos no exterior para investirem em infra-estrutura.

Como percebido, o agravamento da crise econômica, no início da década de 1980, e seus efeitos perversos (efeitos inflacionários) prejudicaram diretamente as concessionárias que tiveram suas fontes de recursos abalados e uma sucessiva retração de seus financiadores internacionais¹⁸ (BID e BIRD). Corroborando com tais fatores, o governo brasileiro ainda continuou insistindo numa política de tarifas reduzidas aos consumidores, o que acabou por onerar mais ainda o setor, reduzindo os ativos das empresas e iniciando um processo de descapitalização do setor elétrico. Este emblemático quadro político-econômico acabou por estabelecer uma competição por recursos entre as empresas federais (Furnas, Eletrosul e Chesf) e as estaduais (Cesp, Cemig e Copel) na tentativa de priorizarem seus investimentos.

Como se não bastasse a impossibilidade de captar recursos, o FMI ainda propôs uma reforma econômica nesses países, exigindo

foi suficiente para dar conta da dívida que saltou de 54 para 120 bilhões de dólares (Cano, 1995).

¹⁸ Com a interrupção do pagamento da 'dívida externa em 1988, a descontinuidade dos financiamentos oriundos do BID e do BIRD tornaram-se mais efetivos.

desde a flexibilização do mundo do trabalho; o controle inflacionário; a liberalização do mercado e a privatização, dentre muitas outras medidas que acabaram fazendo parte das orientações econômicas oriundas de muitos dos Governos Federal e de muitos governos estaduais.

Por outro lado, a tentativa de saneamento do setor elétrico era de proposição governamental desde 1985, por meio do Plano de Recuperação no Setor de Energia Elétrica – PRS, que tinha como objetivos, a recuperação econômico-financeira do setor em médio e longo prazo a partir das seguintes propostas:

- a) aumento real de tarifas;
- b) eliminação de subsídios governamentais;
- c) aumento da capitalização por parte do governo federal e dos estados;
- d) redução do nível de endividamento das empresas públicas e;
- e) montagem de um esquema de financiamento que propiciasse o desenvolvimento de um programa plurianual de investimentos (Sauer, 2002).

Com a criação pelo governo federal em 1987 da REVISE – Revisão Institucional do Setor Elétrico – que visava realizar uma revisão do modelo institucional do setor, assentou-se nos seguintes objetivos, quais sejam:

- a) de explorar a possibilidade de uma maior participação da iniciativa privada no setor; e
- b) de reformular a estrutura institucional e política do setor para tentar solucionar os problemas diagnosticados (Sauer, 2002).

Mesmo com algumas tentativas de reabilitar o setor elétrico brasileiro, o que se verificava era uma constante diminuição e até interrupção de empréstimos para o setor, fossem eles de origem internacional ou mesmo nacional. Foi neste contexto que gradualmente foi extinto o empréstimo compulsório, bem como a significativa redução da RGR, descapitalizando ainda mais o setor elétrico do país. Como se não bastasse tal quadro, a Assembléia Constituinte ainda aprovou na Constituição de 1988 a abolição do IUEE.

Como substituto do IUEE, o serviço de energia elétrica passou a ser taxado pelo Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidindo na fatura entre 17 a 25%. Todavia, este novo imposto, beneficiava unicamente os estados da Federação sem se vincular especificamente a investimentos a serem realizados no setor elétrico.

As reformas propostas pela REVISE visavam à manutenção da hegemonia estatal no setor, porém, pretendiam criar um setor mais eficiente e ao mesmo tempo recompor a capacidade de autofinanciamento para realização da devida expansão do mesmo. No entanto, o conjunto das recomendações sugerido nunca saiu do papel, sendo abortadas principalmente a partir da entrada de novos atores políticos no país a partir das eleições de 1990, e, particularmente se intensificando após o ano de 1995, já na “era” FHC.

A partir da década de 1990, os investimentos no setor elétrico começaram a declinar sensivelmente, ocasionando gradativamente uma disparidade entre a oferta e a demanda elétrica.

O Estado decide então, deixar de lado sua trajetória histórica de responsabilizar-se pelos investimentos em setores estratégicos, para assumir como prioridade, o saneamento de suas contas. Passou então, a privatizar as empresas estatais sob a alegação da necessidade de melhoramento de eficiência dos serviços prestados ao consumidor e, ao mesmo tempo, abater as dívidas e se inserir com competitividade no ‘novo’ cenário mundial.

Dado a gradual retirada do Estado do setor elétrico, juntamente com as dificuldades e entraves à continuidade da captação de recursos no exterior pelas próprias empresas e, ainda, os obstáculos à reentrada do capital privado no setor, ocorreu um período (de 1980/2000) caracterizado pela tendência declinante nos investimentos do setor, chegando ao marco do Estado investir apenas R\$ 3 bilhões em 2000, Ferreira (2000). Assim, enquanto no período de 1980 a 1992, o crescimento da capacidade instalada e do consumo cresciam quase em paralelo, em 2000, o consumo cresceu 165% ao passo que a capacidade instalada aumentou somente 119% (IDEC, 2001a).

Com a política neoliberal adotada pelo governo Fernando Collor, a partir de 1990, começam a se construir ações visando à diminuição do papel do Estado nos setores estratégicos da economia. Nesse sentido, a privatização se inicia e se intensifica nos governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso, que as conduz como parte de um conjunto de reformas realizadas no Estado Brasileiro.

Assim, por meio de uma rede político-econômica nacional por um lado e, por outro, pela influência exógena, o Brasil passou a realizar as reformas nos setores estratégicos da economia. As reformas ocorridas no setor elétrico brasileiro, em particular, são tardias quando comparadas com as ocorridas na Argentina e no Chile, porém não menos deletérias.

A partir da década de 90, as pressões para a privatização em geral e, do setor elétrico em particular, evidencia a necessidade do Estado começar a exercer a função de regulador.

Esse breve histórico do setor, que descreve a estreita relação entre os recursos hídricos e a energia no Brasil, pode concluir com a apresentação de um quadro resumido das origens institucionais do setor elétrico brasileiro e seus principais marcos (Quadro 1).

**Quadro 1 – Histórico Institucional do setor de Energia
(resumido, 1920 - 2001)**

Ano	Instituição/Programas/Diretorias e Leis
1920	Criação da COMISSÃO DE ESTUDOS DE FORÇAS HIDRÁULICAS vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
1933	Instituída a DIRETORIA DE ÁGUAS, posteriormente transformada em SERVIÇO DE ÁGUAS
1934	Criação do DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL – DNPM, pela reforma Juarez Távora e o CÓDIGO DE ÁGUAS, pela Lei nº24.643
1939	Criação do CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – CNAEE
1940	O SERVIÇOS DE ÁGUA, transformou-se em DIVISÃO DE ÁGUAS
1960	Criação do MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA – MME pela Lei nº 3.782
1961	O Departamento Nacional da Produção Mineral passou a integrar o MME
1961	Criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS
1965	A DIVISÃO DE ÁGUAS é transformada no DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA – DNAE
1968	Alteração do DNAE para DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DNAEE
1969	Extinção do CNAEE
1990	Instituição do Programa Nacional de Desestatização – PND pela Lei nº 8.031
1993	Criação da Lei 8.631/93 que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas de energia e extingue o regime de remuneração garantida no setor elétrico.
1995	Criação da Lei 8.987/95 que regulamenta o Artigo 175 da Constituição Federal, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos.
1995	Criação da Lei 9.074/95 que estabelece normas para a outorga e prorrogação de concessões e permissões de serviços de energia elétrica.
1996	Criação da Lei 9.427/96 que instituiu a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, vinculada ao MME e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.
1997	Aprovação da estrutura regimental da ANEEL
1998	Criação da Lei 9.648/98 que instituiu o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE – e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.
2001	Criação e instalação via Medida Provisória da CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA – GCE vinculada a Casa Civil

Fonte: LEME, 2001:115. informações extraídas do site da Eletrobrás (www.eletrobras.gov.br) e da CSPE (www.cspe.sp.gov.br)

AS REFORMAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS REALIZADAS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90

Historicamente, o setor elétrico brasileiro apresentou uma estrutura vertical que consistiu em se ter um parque gerador em uma ponta, a transmissão no meio e, na outra ponta, a distribuição, ou seja, uma estrutura hierarquizada com o Estado controlando todas as fases do processo (geração, transmissão e distribuição). Porém, com os novos arranjos político-institucionais (da década de 1990) para o setor elétrico, essa estrutura começou a mudar-se para um modelo de integração horizontal, ou seja, mudança da estrutura estatal hierarquizada para uma estrutura privada de livre concorrência no mercado. Essa estrutura horizontalizada com geradores independentes, distribuidores independentes e transmissão mista (porém, poucas linhas de transmissão foram privatizadas, sendo mantidas a maior parcela delas nas “mãos” do Estado).

De forma simplificada, visualiza-se na figura abaixo a nova configuração do setor elétrico brasileiro em um esquema estrutural do setor elétrico.

Estrutura Vertical



Estrutura Horizontal

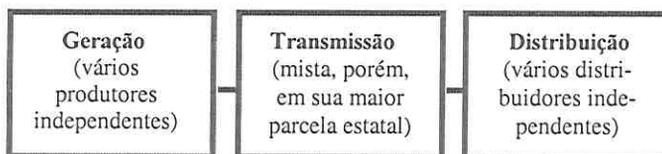


Figura 1 - Esquema de estruturação do setor elétrico
Fonte: Leme, 2000.

A década de 90 foi marcada por muitas reformas realizadas no Estado brasileiro, especialmente as ocorridas no setor elétrico. O processo de reestruturação do setor elétrico acirra-se a partir de 1993 com a promulgação da Lei nº 8.631¹⁹. E, em 1995, com a promulgação das Leis das Concessões nº 8.987 e o Decreto nº 9.074, que regulamentaram o artigo 175 da Constituição²⁰, criou-se condições legais para que os geradores e distribuidores de energia elétrica pudessem competir pelo suprimento dos grandes consumidores de energia elétrica.

Porém, a privatização começou a ser implementada antes que o Estado tivesse criado os mecanismos necessários para a nova regulação do setor. A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi criada somente em 6 de outubro de 1997, por meio da aprovação do Decreto nº 2.335. A ANEEL veio exercer a função de órgão regulador em nível federal, substituindo o DNAEE e reordenando as áreas de negócios do setor em: produção de energia (geração); transporte nas tensões mais altas (transmissão); transporte com o específico objetivo de atendimento a consumidores finais (distribuição); e vendas no varejo, com a função de medir e conquistar os consumidores finais (comercialização).

Em esfera estadual, também foram criadas agências reguladoras, a saber: outras 12 unidades da federação criaram suas agências de regulação (porém, vinculadas a ANEEL) do setor elétrico para atender as especificidades da regulação estadual. Suas respectivas agências são: na região Norte, a ARCON (estado do Pará); na região Nordeste,

¹⁹ Esta Lei eliminou o regime tarifário pelo custo de serviço, abrindo espaço para o processo de criação do Produtor Independente de Energia (PIE) e o estabelecimento de regras para fixação de níveis tarifários, além de estabelecer a obrigatoriedade de contratos de suprimento de energia (contendo quantidades e preços) (Ferreira, 2000).

²⁰ O artigo 175 incubiu “ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. – Parágrafo único. A lei disporá sobre: o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; política tarifária; a obrigação de manter serviço adequado”.

a ARCE (estado do Ceará), ARSEP (estado do Rio Grande do Norte), a ARPE (estado de Pernambuco), a ASES (estado de Sergipe) e a AGERBA (estado da Bahia); na região Sudeste a AGERSA (estado do Espírito Santo), a ASEP (estado do Rio de Janeiro) e a CSPE (estado de São Paulo); na região Centro Oeste a AGER/MT (estado do Mato Grosso) e a AGR (estado de Goiás); e por fim na região Sul a AGERGS (estado do Rio Grande do Sul).

Foram tantas as atribuições, ao lado do aporte financeiro ao capital externo (via BNDES) para aquisição das concessionárias, que nos fazem suspeitar do uso indevido do termo “desregulamentação” para caracterizar o que pareceu ser, não a retirada estatal do setor elétrico, mas sua mudança na forma de atuação.

Por outro lado, esse processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, na sua realização, ainda contou com um ordenamento que consistiu na contratação por parte do Ministério de Minas e Energia (MME), em 1996, de um consórcio, liderado pela empresa Coopers & Lybrand²¹ e pelas empresas Lathan & Watkins (ligadas ao ramo de consultoria internacional) e pelas empresas nacionais Main e Engevix (ambas do ramo de engenharia, gerenciamento de projetos e obras), além de uma empresa de consultoria na área jurídica, a Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, visando colher sugestões para a montagem de um novo desenho para o mercado elétrico brasileiro e de uma nova aparência institucional, o que, a partir daí, se convencionou de “*Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro – RESEB*”, Longo e Bremann (2002).

Era esperado da consultoria que houvesse sugestões que partissem de uma adaptação dos ensinamentos e experiências das reformas ocorridas em outros países (principalmente do caso Inglês), mas considerando as especificidades do setor elétrico brasileiro (Ferreira, 2000).

Dentre as especificidades do caso brasileiro, o Governo Federal advertiu as seguintes:

²¹ Empresa com fortes interesses no Gás da Bolívia.

- a) por ser federativo, o regime brasileiro torna indispensável a divisão dos poderes regulatórios entre o governo federal e os governos estaduais. Esta divisão se traduz em uma delicada negociação política numa circunstância em que as empresas elétricas controladas pelos governos estaduais já estão sendo privatizadas (Abrucio & Costa, 1999);
- b) o sistema elétrico brasileiro é de base hidráulica, sendo necessário forte coordenação da operação na introdução do processo de concorrência na geração;
- c) a rede de transmissão brasileira deveria buscar progressivamente interconectar-se em um sistema nacional;
- d) dadas as significativas diferenças regionais e empresariais, alguns mecanismos de compensação regionais precisariam subsistir por um período significativo;
- e) a existência de um grande número de empresas controladas por governos estaduais, muitas delas com significativos ativos de transporte e geração, exigiria a convivência de empresas privadas e estaduais no mercado elétrico brasileiro durante um período (Rezende & Paula, 1997).

As principais sugestões da *Coopers & Lybrand* e demais consultoras e aceitas pelo governo brasileiro foram:

- a) a criação de um mercado atacadista de eletricidade – MAE²²;
- b) o estabelecimento de ‘contratos iniciais’ para criar uma fase de transição para o mercado de energia elétrica competitivo;
- c) o desmembramento dos ativos de transmissão e a criação de um Operador Independente do Sistema (OIS) para administrar o sistema interligado;
- d) a organização das atividades financeiras e de planejamento neste novo cenário (Ferreira, 2000).

²² O MAE exerce a função de intermediador de todas as transações de compra e venda de energia elétrica dos sistemas elétricos interligados. No Brasil houve a criação de quatro sub-mercados “spot”, quais sejam: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul-Centro-Oeste. Participam do MAE os geradores com capacidade igual ou superior a 50 MW, todos os varejistas com carga igual ou superior a 100 GWh e todos os grandes consumidores com demandas acima de 10 MW (Tolmasquim e Campos, 2002).

No campo específico da geração, as recomendações também foram significativas no que tange à transparência e ao acesso livre ao mercado, dentre o conjunto de recomendações, destacaram-se as seguintes:

- a) a desverticalização da geração no que se refere aos ativos federais e estaduais por meio da criação de empresas separadas de geração, as denominadas “gencos” para garantir que o acesso ao mercado de atacado seja livre;
- b) a separação horizontal das duas maiores “gencos” federais, FURNAS e CHESF, para criação de duas novas empresas menores a partir de cada uma delas (Longo e Bermann, 2002).

Deste modo, não nos parece que a consultora se ateu plenamente a realidade brasileira, na qual o mercado atacadista não iria, no médio prazo, incluir novos produtos como os que obterão a energia por fontes térmicas (óleo, gás, carvão e nuclear como na Inglaterra). Outro equívoco relevante da consultoria foi ter desprezado em suas análises, o controle das cheias, irrigação, abastecimento de água potável, navegação e desenvolvimento regional integrado, questões que são vitais para a nova modelagem energética no Brasil (Rezende & Paula, 1997 e Meireles, 1999).

O novo modelo de regulação definido pelo governo federal, dividiu o setor em quatro segmentos, cada qual com uma forma distinta de operacionalização e um agente envolvido. O segmento da geração foi aberto à concorrência privada; o segmento da transmissão permanece como monopólio gerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS²³; o segmento da distribuição também continuaria como monopólio gerido por concessionárias; e, por fim, o segmento da comercialização foi aberto a competição pelas comercializadoras.

²³ O ONS é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e que está estruturado sob a forma de associação civil, dele participam geradores, empresas de transmissão e de distribuição, consumidores livres, comercializadores, importadores e exportadores de eletricidade. Suas funções consistem na garantia da qualidade do suprimento elétrico na rede de transmissão; na garantia de que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso aos serviços prestados pela rede de transmissão; e o despacho das centrais cujo objetivo é a minimização do preço de energia no mercado atacadista (Tolmasquim e Campos, 2002).

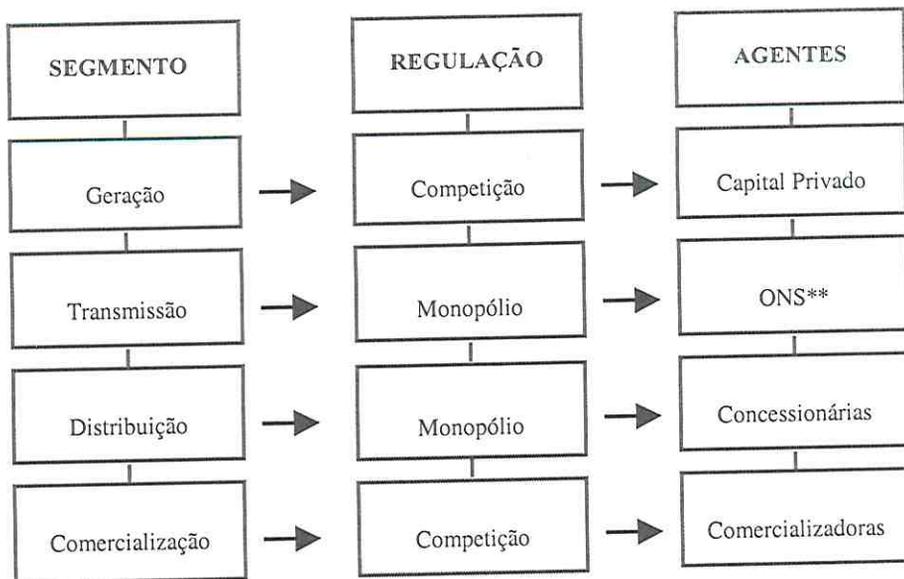


Figura 2 - Modelo de regulação do setor de energia elétrica*

Fonte: Leme, 2000.

* Dados extraídos de Rezende & Paula, 1997.

** Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma espécie de cooperativa que reúne geradores, transmissores, distribuidores, importadores, exportadores e associações de consumidores de energia elétrica.

Tendo em vista as possíveis contradições contidas entre a realidade do setor elétrico brasileiro e as propostas oriundas da consultora *Coopers & Lybrand*, é mister supor que a reestruturação do setor elétrico brasileiro merece um “*olhar*” crítico. Sob tal perspectiva, Cano (2000), Biondi (1999) e Petras (1999), Bermam (2002), dentre outros, demonstraram que o processo de privatização não foi uma opção de política nacional planejada e discutida publicamente com toda sociedade civil na intenção de consolidar mecanismos democráticos na gestão do setor elétrico brasileiro em sentido estrito e do Estado em geral.

Petras (1999), por sua vez, não viu com isenção o discurso oficial que exacerbava a privatização como um ato econômico resultante da “*racionalidade do mercado*”, que nos “redimiria” dos “*equivocos es-*

tatizantes” do passado. Ao contrário, lembra Petras (1999), o crescimento das empresas públicas nas últimas décadas se deu como uma resposta aos fracassos e crises do regime de “livre mercado”²⁴ que aqui se pretendeu implantar outrora.

Neste sentido, as reformas engendradas no setor elétrico brasileiro ficaram marcadas por um processo unidirecional que respondeu menos aos interesses dos cidadãos/consumidores de energia elétrica do país do que à conveniência das empresas concessionárias – maioria estrangeiras²⁵ – que vem explorando, em sentido lato, o mercado nacional de energia elétrica. Tal situação corresponde a uma realidade heterônoma²⁶ marcada pela disputa dos interesses das empresas transnacionais do setor em questão.

A necessidade de analisar a privatização numa perspectiva histórico-estrutural²⁷ e estratégica, perante a qual, é possível constatar a ocorrência de modificações na relação entre o Estado e o setor privado. Embora as características da privatização sejam a transferência de

²⁴ A noção de “livre mercado” desde Adam Smith até nossos dias com as proposições neoliberais de Hayek e Friedman é identificada como o espaço pelo qual ocorre a liberdade natural dos indivíduos. É o local extra-político sem a existência de coerção.

²⁵ AES (Estados Unidos), Houston (Estados Unidos), CEA (Estados Unidos), Enron (Estados Unidos), Duke-Energy (Estados Unidos), Tractebel (Bélgica), EDF (Francesa), EDP (Portuguesa), Endesa (Espanha), Iberdrola (Espanha), Endesa (Chile), e Chilectra (Chile) são apenas algumas das empresas transnacionais que participam da distribuição e geração de energia elétrica brasileira.

²⁶ Este processo de heteronomia do poder político nacional já foi amplamente debatido por Fernandes (1981). Para o autor, tal processo tem historicamente criado situações onde os rumos nacionais são fortemente influenciados por interesses exógenos e tem se atrelado à rede de relações político-econômico tradicionais do Estado Brasileiro, formando um compósito deletério ao pleno desenvolvimento social da nação. (Fernandes, 1981).

²⁷ O conceito de processo histórico-estrutural nos parece aqui particularmente interessante por permitir, no âmbito metodológico, a necessária fusão entre *estrutura* e *história* na análise social. Isto porque, sob tal perspectiva, as estruturas são concebidas como produto da luta social e como resultado da imposição social, sendo, deste modo, analisadas diante de *processos*. Conforme bem observa Cardoso (1993: 97), “a idéia de que existe uma explicação histórico-estrutural tem a ver com o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, com a descoberta das leis de transformação dessas estruturas. Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também (...) passíveis de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica cultural), novas alternativas vão se abrindo à prática histórica. Neste sentido, o objeto da análise não se reifica em atores, mas se dinamiza em conjuntos de relações sociais.”

ativos e de capital – reelaborando as condições de concorrência, a dimensão de clientela e a política de recursos humanos da própria empresa de maneira profunda –, há especificidades na forma como o Estado buscou legitimidade social para efetivar tal processo, bem como também, em quais razões o levou a escolhê-lo (Leme, 2000).

Pela forma com que o setor elétrico brasileiro se estruturou na história, sabe-se que não foi por incapacidade do Estado que o setor elétrico começou a voltar para o setor privado a partir de 1995, mas sim, por um conjunto de pressões exógenas que cobraram, com altos juros, o pagamento da dívida feita pelo Brasil para a construção do modelo do sistema elétrico estatal e eficiente que sobreviveu até o início dos anos 90.

“(...) as fissuras oriundas dos grandes investimentos em geração por meio da tomada de empréstimos internacionais de maneira inadequada à realidade financeira mundial do final dos anos 80. O governo tomou dinheiro spot em péssimas condições, agravando o quadro da dívida externa. (...) além disso, alheio à crise internacional, o governo insistiu em fazer Itaipu de uma vez só, ignorando estudos dando conta de que o potencial hidroelétrico da Bacia Platina poderia ser aproveitado por várias usinas que iriam sendo construídas, com comprometimento financeiro menos oneroso” (Maranhão, 2001).

Somado a isso, Furtado (2001), nos mostra que o programa brasileiro de privatização – e aqui inclui o setor elétrico –, despontou porque a meta era resolver o balanço de pagamentos e não para solucionar a crise já anunciada por diversos especialistas, ou seja, a finalidade da privatização se apresentava inadequada desde a sua proposta de implementação.

De forma sintética vamos apresentar os quadros seguintes das empresas de distribuição e de geração de energia elétrica que foram privatizadas durante a década de 1990 e seus respectivos compradores (estrangeiros e nacionais).

Quadro 2 – empresas elétricas distribuidoras privatizadas e seus compradores (1995/2000)

Empresa	Estado	Ano da Privatização	Compradores
Escelsa (Federal)	Espírito Santo	1995	Iven, GTD
Light (Federal)	Rio de Janeiro	1995	EDF, AES, Houston, CSN
Cerj	Rio de Janeiro	1996	Endesa, EDP, Enersis
Coelba	Bahia	1997	Iberdrola, Brasilcap, Previ, BBDTVM
RGE (oriunda da CEE)	Rio Grande do Sul	1997	CEA, VBC, Previ
AES Sul (oriunda da CEE)	Rio Grande do Sul	1997	AES
CPFL	São Paulo	1997	VBC, Previ, Fundação Cesp
Enersul	Mato Grosso do Sul	1997	Escelsa
Cemat	Mato Grosso	1997	Grupo Rede, Inepar
Energipe	Sergipe	1997	Cataguases, Uptick
Cosern	Rio Grande do Norte	1997	Coelba, Guaraniana, Uptick
Cachoeira Dourada	Goiás	1997	Endesa, Edegel
Coelce	Ceará	1998	Enersis, Chilectra, Endesa, Cerj
Metropolitana (oriunda da Eletropaulo)	São Paulo	1998	Ligth
Bandeirantes (oriunda da Eletropaulo)	São Paulo	1998	EDP, CPFL
Elektro (oriunda da Eletropaulo)	São Paulo	1998	Enron
Celpe	Pará	1998	Grupo Rede, Inepar
Borborema	Paraíba	1999	Cataguases-Leopoldina
Celpe	Pernambuco	2000	Iberdrola, Previ
Cemar	Maranhão	2000	PPL

Fonte: Rosa, L.P., 2001:127.

**Quadro 3 – Empresas elétricas geradoras privatizadas
e seus compradores**

Empresa	Ano da Privatização	Compradores
Gerasul (oriunda da Eletrosul, federal)	1998	Tractebel
Tietê (oriunda da Cesp, estadual de São Paulo)	1999	AES, Gerasul
Paranapanema (oriunda da Cesp)	1999	Duke

Fonte: Rosa, L.P., 2001:127.

Corroborando os quadros acima, vamos apresentar quais foram os principais grupos estrangeiros que adentraram ao setor elétrico brasileiro durante a década de 1990. Dos grupos nacionais, destacou-se o consórcio VBC (Votorantim, Bradesco, Camargo Correa) como principal grupo atuando no setor de energia elétrica (distribuição), seja como consórcio ou cada empresa em separado.

**Quadro 4 – Principais grupos estrangeiros no setor elétrico brasileiro
em agosto de 2000**

Grupo	País de Origem	Empresas
AES	Estados Unidos	AES-Sul, Tietê, Metropolitana, Light, Cemig
Enron	Estados Unidos	Elektro
Southern	Estados Unidos	Cemig
Duke	Estados Unidos	Paranapanema
Alliant (ex - Hudson)	Estados Unidos	Light, Cataguases-Leopoldina
El Paso	Estados Unidos	Gerador Independente
Citibank	Estados Unidos	Escelsa
EDF	França	Light, Metropolitana
Tractebel	Bélgica	Gerasul
Endesa	Espanha	Cerj, Coelce
Enersis	Controlada pela Endesa da Espanha	Cerj, Coelce
Iberdrola	Espanha	Celpe, Coelba, Guaraniânia
EDP	Portugal	Bandeirantes, Cerj
Endesa	Chile, mas controlada pela Endesa da Espanha	Cachoeira Dourada
Chilectra	Chile, mas controlada pela Enersis	Cerj

Fonte: Rosa, L.P., 2001:128.

As empresas públicas de energia que foram privatizadas surgiram num momento histórico, em que, particularmente o Brasil, estava em fase de substituição das importações, precisando de indústrias e serviços que melhorassem a infra-estrutura. Isso é, o setor público surge como uma proposição pragmática (e menos ideológica) voltada para a promoção do desenvolvimento a partir de alavancagens produtivas e financeiramente executadas pelo Estado.

Se compararmos o processo de criação de estatais que se deu no passado e o processo de privatização que se dá no presente, podemos afirmar que o primeiro se caracterizou como um processo determinado no espaço político nacional, enquanto que o segundo se caracteriza por um processo elitizado e impulsionado pelas forças políticas exógenas (embora pactuados com as elites locais), isto é, marcado pela disputa dos países centrais em torno dos mercados emergentes.

Embora no Brasil, a sociedade civil historicamente tenha participado muito pouco dos debates envolto do planejamento do setor elétrico, com o processo de privatização – iniciado na década de 90 –, acirrou-se ainda mais, excluindo a participação da sociedade civil, principalmente na esfera político institucional. As ações do Estado estiveram, no mais das vezes, subordinadas aos conselhos de atores supra-nacionais e elites empresariais nacionais, isto é, não representativos do público que potencialmente iriam sofrer os eventuais impactos negativos da privatização. Assim, se por um lado, houve a mobilização das elites junto ao aparelho estatal para dar rápida efetivação ao processo, ocorreu, por outro, simultânea desmobilização da sociedade civil, isto é, vendeu-se (a época) pela mídia o processo como algo dado, sem chances de reversão e, portanto, como dinâmica sobre a qual a sociedade brasileira não teria poder decisório, sendo inúteis as manifestações em contrário.

Quando se verifica o processo de privatização na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, por exemplo, percebe-se a presença de três atores fundamentais no processo, a saber: o Estado, o capital pri-

vado²⁸ e a sociedade civil²⁹. No Brasil, todavia, o processo foi marcado por dois atores e um espectador, os primeiros sendo o Estado e o capital privado (internacional ou nacional) e, o espectador, a sociedade civil, caracterizada por possuir pouco peso político e pouco poder de negociação no processo.

Perante a fragilidade da participação da sociedade civil na privatização do setor elétrico brasileiro, o processo privatista apresentou uma legalidade jurídico-institucional, e uma *legitimidade social restringida* por ser excludente.

O processo de privatização ocorrido incisivamente na década de 90 ocasionou alterações significativas nos arranjos institucionais do setor, e, ao mesmo tempo redefiniu e/ou criou novos agentes/atores para atuar no setor. Deste modo o setor elétrico brasileiro passou a contar com os seguintes agentes e/ou entidades para gerir e coordenar o setor elétrico brasileiro pós-reestruturação, a saber.

O Ministério das Minas e Energia – MME – que é o responsável pela definição das políticas públicas para o setor elétrico brasileiro. Ele, ao lado do governo, é responsável pela fixação de diretrizes políticas a serem seguidas pelo setor elétrico.

O MME é um órgão do poder executivo cuja elaboração dos programas governamentais são elaborados com base nas diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética. Por outro lado, ele também define as metas e os instrumentos à prestação dos serviços aos consumidores.

Entre as suas atribuições ainda consta o planejamento determinativo do sistema de transmissão e o planejamento indicativo (no qual há indícios de desrespeito) da expansão da geração, ambos executados pelo Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétrico – CCPE (ANEEL, 2001).

²⁸ Embora o capital privado também venha a compor o que de forma geral podemos denominar de sociedade civil, aqui elencamos em separado tendo em vista a capacidade e o poder de pressão/negociação que este segmento/ator tem sobre o Estado.

²⁹ Alguns autores já desenvolveram vários trabalhos científicos sobre a privatização em outros países, a saber: Farias Neto, 1994; Velasco Jr., 1997a e 1997b; Pires, 1999; Petras, 1999 dentre outros.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – que incorporou as atividades reguladoras do DNAEE (que sempre apresentou dificuldades de funcionamento – problemas – por motivações político-econômicas). A ANEEL é uma autarquia especial, vinculada ao MME, formalmente ela é um órgão do Estado, autônoma que regula e fiscaliza as atividades do setor. Cabe a ANEEL a implementação das diretrizes e das políticas energéticas do poder executivo, genericamente cabe a ela a função de implementar políticas e de regular e fiscalizar o setor elétrico.

A ANEEL ainda gerencia dois programas inseridos no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, do governo federal, quais sejam: o Programa de Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica (visava garantir a qualidade dos serviços prestados pelos agentes do setor) e o Programa de Abastecimento de Energia Elétrica (que procurava criar condições para o aumento da oferta).

Embora a posse dos diretores da ANEEL seja referendada pelo Congresso Nacional (somente 3 dos 5 diretores), sendo que, 2 desses 5 são por nomeação direta do Presidente da República – o que lhes daria uma considerável estabilidade nos cargos, uma autonomia e uma independência decisória –, há alguns problemas/fatores que têm interferido de forma negativa para a atuação deste órgão regulador, quais sejam:

- a) a inexistência de tradição regulatória de serviços públicos no Brasil; e
- b) a falta de pessoal qualificado para exercê-la, tendo em vista que a legislação veda a participação de técnicos oriundos de empresas elétricas (Rosa, Tolmasquim & Pires, 1998).

O Operador Nacional do Sistema – ONS – que é o responsável pelas atividades de geração e transmissão de todo o sistema eletroenergético interligado. É uma entidade de direito privado, integrada pelas empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização, além dos importadores e exportadores de energia e dos consumidores livres. As funções básicas do ONS referem-se ao planejamento e a programação das operações no setor; o despacho de forma centralizada na geração; a viabilidade da expansão do sistema de transmissão e mínimo custo e o cálculo do preço *spot*.

O Mercado Atacadista de Energia Elétrica – **MAE** – que é uma das inovações do processo de reestruturação do setor elétrico, cujo pressuposto básico consiste no estabelecimento da competição entre os agentes econômicos. Pode-se afirmar que é no MAE, o ambiente pelo qual ocorrem as compras e vendas de energia elétrica entre os participantes através de contratos bilaterais e mercado de curto prazo (Sauer, 2002).

O MAE foi instituído em 1998, sendo integrado por empresas concessionárias de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em 2001, a ANEEL acabou por intervir no MAE e promoveu uma série de mudanças que começaram com a extinção do COEX (conselho encarregado da supervisão das atividades do MAE), substituindo-o pelo COMAE (de estrutura mais racional e encarregado pela gestão profissionalizada do mercado atacadista). Outra mudança foi à vinculação da atuação da Administradora de Serviços do MAE – ASMAE – com a ANEEL, (ANEEL, 2001).

O Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão – **CCPE** – que é o órgão responsável pelo planejamento da expansão do sistema elétrico e dentro de suas atribuições essenciais destacam-se o planejamento determinativo da transmissão; o programa de indicativo de licitações; o programa de inventários e o programa de estudos de viabilidade (Sauer, 2002).

O Produtor Independente de Energia Elétrica – **PI** – que são empresas ou consórcios autorizados pela ANEEL a produzir e a vender energia no mercado “livre”, sendo que os riscos são por conta das próprias empresas. Em contrapartida possuem a garantia de livre acesso aos sistemas de transmissão e a autonomia para assinar contratos bilaterais.

O Agente Comercializador de Energia Elétrica que compreendem as empresas que mesmo sendo proprietárias de usinas e sistemas elétricos, são autorizadas a atuar na comercialização de energia. Também podem participar como comercializadores os importadores e exportadores de energia, além dos produtores independentes.

É na figura do Consumidor Livre que se consistiria a liberdade de escolha por parte do consumidor para comprar energia livremente no mercado segundo sua preferência. Este mercado ainda não está em implementação, deixando apenas para os consumidores com carga superior a 3 MW a liberdade de escolher seus fornecedores. Segundo discursos do governo (FHC, na ocasião) e da própria ANEEL, é intenção a efetivação deste processo de flexibilização no fornecimento de energia até 2005, incluindo aqui, para todos os consumidores de energia, inclusive os residenciais (ANEEL, 2001).

De forma sintética, pode-se visualizar como ficou a concepção do novo modelo para o setor elétrico brasileiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Figura 3).

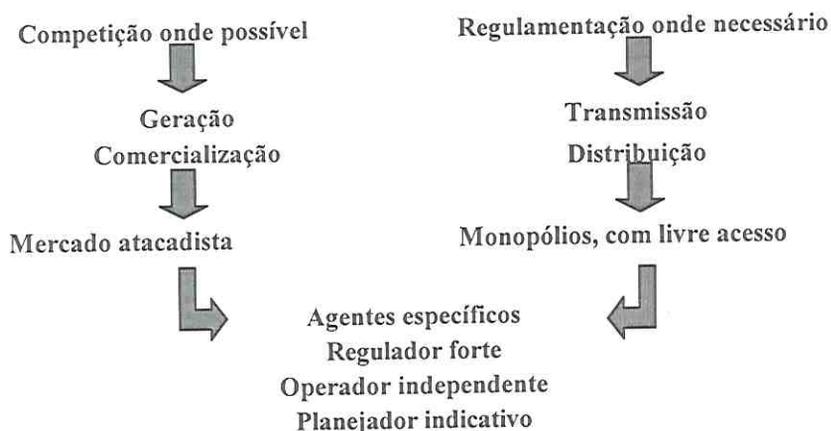


Figura 3 - A Concepção do novo modelo
Fonte: Sauer (2002:146)

Por fim, encontra-se neste novo arranjo político-institucional, diversos atores vinculados aos debates sobre os Recursos Hídricos. Havendo, neste sentido, a participação nos órgãos setoriais de atores envolvidos com a hidroeletricidade por meio dos Comitês de Bacia e uma atuação ativa do MME e ANEEL nas Câmaras Técnicas; há, também, uma articulação entre o CCPE, ANEEL e a ANA nos estudos

de inventário de bacias e por fim há uma definição de critérios gerais para elaboração de Plano Diretor para os reservatórios – CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos).

Com isto fica evidente que a reflexão e implementação de políticas no que concerne a reestruturação do setor elétrico brasileiro, passa necessariamente pela compreensão e pela possibilidade histórica de interpretar e explicar o conjunto de relações no qual o setor se encontra envolvido, ou seja, relacionando-o com a sustentabilidade que envolve de forma sinérgica a energia, a equidade social, o meio ambiente, o emprego e a democracia. Só assim se poderia realizar uma reestruturação, prevendo evitar as grandes disparidades que têm ocorrido tanto nas benesses geradas quanto nos prejuízos assumidos entre os diversos atores sociais, donde, os mais desfavorecidos historicamente são os que mais tem sofrido os malefícios (aumentos de tarifas, dentre outros aspectos).

Com as eleições do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, as reformas realizadas no setor elétrico na década de 1990 começam a passar por uma avaliação crítica, para tanto vamos ver como tal governo apresentou o novo modelo energético para o país.

Pelo desenho do Novo Modelo do Setor Elétrico apresentado pelo Ministério das Minas e Energia (ministra Dilma Rousseff), do governo do presidente LULA, o referido setor sofreria algumas mudanças essenciais comparadas ao modelo anteriormente aplicado no país.

Primeiramente, salienta-se que a energia elétrica tem um papel fundamental e estratégico para a sociedade, devendo ser encarada como fator de inclusão social e desenvolvimento econômico³⁰. O propósito deste modelo é a formulação de um arranjo institucional que se pretenda estável e duradouro para o setor elétrico brasileiro. As principais questões postas por este modelo são:

³⁰ Aqui queremos destacar a importância política e simbólica em encarar o setor como fator de inclusão e desenvolvimento econômico ao invés de vê-lo puramente pela eficiência na gestão e pela competitividade no mercado como o proposto pelo governo anterior. Talvez este seja um dos principais pontos políticos de diferenças entre o governo anterior e o atual no que concerne a visão sobre o setor elétrico brasileiro.

- a) promover a melhoria na segurança de suprimento de energia,
- b) harmonizar o papel dos diversos agentes e instituições, criando um quadro favorável de investimentos,
- c) o *pool* como mecanismo de segurança para os consumidores que dependem da energia vendida pelas distribuidoras,
- d) planejamento para redução dos custos da energia, (O Novo Modelo do Setor Elétrico, setembro de 2003).

Em suma, as bases do novo modelo proposto pelo governo, visam a promoção da modicidade tarifária como fator essencial para o atendimento das funções sociais que a energia elétrica tem e ainda concorre para o melhoramento da competitividade econômica; a garantia da segurança do suprimento de energia elétrica como condição para o desenvolvimento sustentável do setor; assegurar a estabilidade do marco regulatório visando a atratividade dos investimentos a expansão do setor e a promoção da inserção social por meio do setor elétrico com a proposta de universalização de atendimentos.

Como principais aspectos em contraponto ao modelo anterior (principalmente o criado pelo governo de FHC), referem-se à reestruturação do planejamento de médio e longo prazo; o monitoramento, no curto prazo, das condições de atendimento; o redirecionamento da contratação de energia para longo prazo, compatível com a amortização dos investimentos realizados; a coexistência de dois ambientes de contratação de energia (um regulado, Ambiente de Contratação Regulada – ACR, que visa proteger o consumidor cativo, e outro livre, Ambiente de Contratação Livre – ACL, que visa estimular a iniciativa dos consumidores livres); a instituição de um *pool* de contratação regulada de energia a ser comprada pelas concessionárias de distribuição; a desvinculação do serviço de distribuição de qualquer outra atividade; a previsão de uma reserva conjuntural para restabelecimento das condições de equilíbrio entre oferta e demanda e, por fim, a restauração do papel do Executivo como Poder Concedente, (O Novo Modelo do Setor Elétrico, setembro de 2003).

Mediante tais aspectos, parece-nos que a nova política energética para o setor elétrico brasileiro tende a redefinir o setor em três aspectos centrais: o primeiro referente à restauração do papel de Poder Concedente ao Executivo, ou seja, a centralização do poder nas ‘mãos’ do governo e, conseqüentemente a promoção de alterações em toda a estrutura institucional do setor no que compete a cada ator/agente do mesmo. Um segundo aspecto se refere à tentativa – mesmo centralizado no Estado – de promover uma parceria público/privado na intenção de gerar novos investimentos no setor elétrico, visando sempre à estabilidade entre oferta e demanda para ter as bases infra-estruturais necessárias ao crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

E, um terceiro, visando uma modicidade tarifária e uma melhor alocação dos recursos, ambos os fatores centrais para um melhor atendimento às demandas sociais e as exigências ao desenvolvimento econômico, para tal faz-se necessário à definição dos ambientes de contratação de forma a melhor articular o setor elétrico brasileiro em sua diversidade espacial/local e complexidade político-institucional.

Outra questão posta para debate, principalmente pós-crise energética (em 2001/2002) no Brasil, foi à constituição das agências reguladoras e suas efetivas atuações e definições. A constituição de um marco regulatório no Estado, implica de um lado, verificar um conjunto de modificações existentes no próprio Estado que vão desde a sua própria mudança ao seu rearranjo político-institucional. Mais precisamente, as agências reguladoras surgem historicamente como fatores institucionais para intermediação da relação Estado/Mercado, ou seja, caracteriza-se pela redefinição do papel do Estado na economia.

A existências das agências reguladoras dentro do Estado acabam tendo atribuições legislativas e algumas vezes judiciárias, funcionando como “autarquias especiais”, ou seja, estabelece um poder entre os outros poderes já existentes, é como se fosse um “Estado dentro do Estado”. É com base nessas características principais que vários autores as classificam como o *Quarto Poder* (seu surgimento data dos anos

30, nos EUA), (Nunes, outubro, 2001). Esta dificuldade de precisar o campo de atuação específico das agências e de garantir com precisão suas fronteiras jurisdicionais faz com que elas na prática exerçam atividades legislativas, jurisdicional e executiva.

As agências reguladoras acabam exemplificando um tipo novo de insulamento burocrático na história recente do Estado brasileiro. Essas agências não se restringem à esfera federal, também sendo um processo de institucionalização de agências reguladoras estaduais e municipais. Neste sentido, pode-se afirmar que o surgimento das agências surge de forma discursiva como o meio encontrado para solucionar problemas que antes não eram resolvidos pelas burocracias tradicionais, por um lado, e, por outro, para dar respostas as novas configurações político-econômicas do Estado em suas várias dimensões políticas e espaciais (federal, estadual e municipal).

Para Nunes (2001) a criação das agências reguladora não é apenas uma mudança no quadro institucional do Estado, pois com elas, também há um conjunto de problemas vinculados a sua forma e as suas características de funcionamento, a saber:

- a) problema da delegação legislativa,
- b) da invasão de territorialidade institucional,
- c) legitimidade política referente a sua competência delegada,
- d) legitimidade substantiva referente aos seus procedimentos internos, principalmente aqueles de natureza quase-juriciária (Nunes, 2001:6).

O Brasil a partir da década de 1990, entrou numa trajetória de “agenciamento”, ou seja, tentou-se buscar legibilidade das relações entre o Estado e a economia por meio da delegação de poder as agências, conselhos e comitês. Tal movimento ficou ainda mais acentuado com o processo de privatização e de outras reformas no Estado brasileiro. Um dos fatores contidos e tidos como fundamentais para a privatização dos setores de infra-estrutura, tal como o da energia elétrica, seria a criação de agências reguladoras em esfera federal e estadual,

dado à estrutura federativa do Brasil e a respectiva atuação dos diversos Estados na infra-estrutura energética.

Mas, como poderíamos entender o que vem a ser uma agência reguladora? Um ponto de partida é compreendê-las como entidades híbridas, constituída do ponto de vista político como meio Estado e meio Sociedade Civil e, do ponto de vista de implementação de políticas e normatizações como um hibridismo entre funções legislativas, executivas e judiciárias, funcionando como um 'Quarto Poder', anunciando com isto, uma possibilidade de olhar a coexistência entre os poderes tradicionais (legislativo, executivo e judiciário). As funções das agências reguladoras acabam na prática institucional por usurpar parte das funções típicas de cada um desses poderes tradicionais. Por outro lado, são apenas parcialmente Sociedade, uma vez em que nelas apenas estão representados alguns grupos de interesse e não uma representação da totalidade social (Nunes, 2001).

Como verificado até aqui, as agências reguladoras são arranjos político-institucionais historicamente determinados que visam especificar um tipo de política e de instituições que venham a estruturar a relação entre diversos interesses sociais, o Estado, e os atores econômicos, ou seja, são novos padrões de intervenção político-institucional que visam estruturar as relações entre o Estado/Mercado, tendo como panorama de fundo um conjunto de novos processos globais.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ANEEL. *A ANEEL na reestruturação do setor elétrico brasileiro*. Brasília, 2001.
- ARBIX, G. *Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento*. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 14 (1): 1-17, maio de 2002.
- AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BERMANN, C. *Energia no Brasil: para que? para quem? Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física: FASE, 2001.
- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BNDES. *Programa Nacional de Desestatização – relatório de Atividades/1997*. (site: www.bndes.gov.br).
- CALABI, A.S. et ali. *A Energia e a Economia Brasileira*. São Paulo: Pioneira: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
- CANO, W. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- CARDOSO, F.H. E FALETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 7º ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. RJ, 1970.
- CEPAL (Comisión Econômica para América Latina y el Caribe) *Globalización y desarrollo*. Edición de Mayo de 2002, Santiago de Chile, 2002.
- CYSNE, R. P. *Aspectos macro e microeconômicos das reformas brasileira*. Série Reformas Econômicas nº 63, Maio de 2000, CEPAL (site: www.eclac.cl/).
- DONAHUE, J.D. *Privatização – fins públicos, meios privados*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1992.
- DOWBOR, L. *Da Globalização ao Poder local – a nova hierarquia dos espaços*. São Paulo em Perspectiva, 9 (3) 1995.
- ELETROPAULO. *Revista Memória Energia*, Nº22. 1995
- _____ *Revista Memória Energia*, Nº23. 1996
- _____ *Revista Memória Eletropaulo* nº24. 1997
- _____ *História & Energia 6 – O capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro* (tese de mestrado de Medei-

- ros, R.). São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1996. 220p. il
- _____. *História & Energia 7- Estatização x Privatização*, São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1997. 392p. il
- FARIA NETO, P.S. *Gestão Efetiva e Privatização: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1994.
- FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FERREIRA, C.K.L. Privatização do setor elétrico no Brasil in: *A Privatização no Brasil – o caso dos serviços de utilidade pública*. (Edit.) Pinheiro, A.C. & Fukasaku, K. BNDES, 2000.
- FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1984.
- FURTADO, C. *Brasil a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *Teoria da Globalização*. 2ªed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1995.
- LEITE, A D. *A Energia do Brasil*. Editora Nova Fronteira, 1995.
- LESSA, C. *15 anos de política econômica*. Editora Brasiliense, 1983.
- _____. *O Brasil a luz do apagão*. Rio de Janeiro: Palavra & Imagem, 2001.
- MACIEL, C.S. *Globalização, crise do padrão de financiamento da economia e reestruturação institucional do setor elétrico brasileiro*. Tese de Doutorado em Economia na UNICAMP, 1997.
- MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. SP. Brasiliense, 1986.

- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTIN, J.M. *A Economia Mundial da Energia*. (trad.) Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- MARX, K. *Manuscrítos econômico-filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores).
- MELLO, M.F. Evolução histórica, in: *O Brasil a luz do apagão*. Lessa, C. (org.). Rio de Janeiro: Palavra & Imagem, 2001.
- MME, *O novo modelo do setor elétrico*. Brasília, setembro de 2003 (www.mme.gov.br).
- NUNES, E. *O quarto poder: gênese, contexto, perspectivas e controle das agências reguladoras*. II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos, Brasília, 25 de setembro de 2001 (versão atualizada, outubro de 2001).
- PASSET, R. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- PAUNOVIC, I. *Crowth and Reforms in Latin America and the Caribbean in the 1990s*. Série Reformas Econômicas nº70, maio de 2000, CEPAL (site: www.eclac.cl/).
- PEREIRA, L.C.B. *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. 3ª edição revista e atualizada em 1997. São Paulo. Ed.34, 1998.
- PETRAS, J. *Armadilha Neoliberal – e alternativas para a América Latina*. São Paulo, Xamã Editora, 1999.
- REZENDE, F. & PAULA, T. B. (coord.). *Infra-Estrutura: perspectiva de reorganização; Setor Elétrico*. Brasília: IPEA, 1997.
- ROSA, L.P. A crise de energia elétrica: causas e medidas de mitigação. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T. E PIRES, J. C.L. *A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Coppe, UFRJ, 1998.
- ROSANVALLON, P. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC; 2002.

- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SAUER, I, et al. *A reconstrução do setor elétrico brasileiro*. Campo Grande, Ed. UFMS; São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____ & Assis, J.C. *Um Grande Salto para o Caos*. 2ª Ed. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1986.
- TORRE, J. C. *El proceso político de las reformas económicas en América Latina*. Buenos Aires, Editorial Piados SAICF, 1998.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax 0XX (19) 3788.1589

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

morewa@unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

